



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências



SIGNIFICAÇÃO E LINGUAGEM CIENTÍFICA NO *TRACTATUS*
DE WITTGENSTEIN

Serafim da Silva Nossa Junior

SALVADOR
2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências



Serafim da Silva Nossa Junior

**SIGNIFICAÇÃO E LINGUAGEM CIENTÍFICA NO *TRACTATUS*
DE WITTGENSTEIN**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual de Feira de Santana, sob orientação do Prof. João Carlos Salles Pires da Silva, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

SALVADOR
2009

N897

Nossa Júnior, Serafim da Silva

Significação e linguagem científica no Tractatus de Wittgenstein / Serafim da Silva Nossa Júnior . – 2009.

86 f.

Orientador : Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Física; Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009.

1. Ciência – Filosofia. 2. Significação (Filosofia). 3. Wittgenstein, Ludwig. 4. Viena(Áustria). I. Silva, João Carlos Salles Pires. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Física. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDD- 501
CDU- 101.1

Termo de Aprovação

Serafim da Silva Nossa Junior

SIGNIFICAÇÃO E LINGUAGEM CIENTÍFICA NO *TRACTATUS* DE WITTGENSTEIN

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual de Feira de Santana, sob orientação do Prof. João Carlos Salles Pires da Silva, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela comissão julgadora em ___/___/____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. João Carlos Salles Pires da Silva (UFBA - Orientador)

Prof. Dr. Olival Freire Junior (UFBA)

Prof. Dr. Eduardo Chagas Oliveira (UEFS)

SALVADOR
2009

a Eline e Stella

Agradecimentos

Agradeço a *Capes*, a *UFBA* e a *UEFS*, em especial ao *Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências*, pelo importante auxílio e abrigo a esta pesquisa;

Agradeço aos professores *Waldomiro Filho* e *Olival Freire Jr.* pela leitura cuidadosa do texto de qualificação, assim como agradeço suas críticas e sugestões. Agradeço aos professores *Olival Freire Jr.* e *Eduardo Chagas Oliveira* por participarem da banca final examinadora deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos do *Grupo de Estudo e Pesquisa Empirismo, Fenomenologia e Gramática*, em especial o amigo *André de Jesus Nascimento*, pela escuta sempre acolhedora e atenta;

Agradeço o apoio dos professores *Luciano Bonfim*, *Ronalda Barreto*, *Djalma Fiuza*, *Luciano Santos* e de todos os amigos da *UNEB*;

Agradeço a minha mãe *Elda* pelo empenho em educar-me;

Agradeço a minha esposa *Eline* pelo amor incondicional, mesmo quando submetido a intermináveis semanas de mau humor intenso;

Agradeço a professora *Stella dos Santos Rodrigues* – a quem também dedico este trabalho – pelas conversas intermináveis sobre filosofia e ciência.

Por fim, agradeço ao professor *João Carlos Salles Pires da Silva*, meu orientador, o intenso apoio a este trabalho, sendo, para mim, exemplo pessoal de dedicação ao ensino e à pesquisa.

“Sentimos que, mesmo que todas as questões científicas possíveis tenham obtido resposta, nossos problemas de vida não terão sido sequer tocados. É certo que não restará, nesse caso, mais nenhuma questão; e a resposta é precisamente essa”.

Ludwig Wittgenstein

“Todavia, que quer dizer daquelas questões para as quais é logicamente impossível encontrar uma resposta? Tais problemas permaneceriam insolúveis em quaisquer circunstâncias imagináveis; tais questões se nos apresentariam sempre com uma única resposta, definitiva e sem possibilidade de revisão: ignorabimus”.

Moritz Schlick

Sumário

Introdução	11
Capítulo I: <i>Os limites da linguagem</i>	19
1.1 Considerações iniciais	19
1.2 A forma lógica de afiguração	23
1.3 A nomeação	28
1.4 A análise da linguagem e a revelação mística	35
Capítulo II: <i>Além dos limites da linguagem</i>	43
2.1 Considerações iniciais	43
2.2 A significação e o ético	44
2.3 Sentido relativo e sentido absoluto de uma proposição	46
2.4 “Proposições éticas” e proposições científicas	49
2.5 O estatuto da ciência no <i>Tractatus</i>	53
2.6 O progresso científico	56
2.7 O silêncio e a Ética	61
Capítulo III: <i>Significação, verificabilidade e linguagem científica</i>	67
3.1 A virada filosófica do Círculo de Viena	67
3.2 Os encontros com Waismann e Schlick	71
3.3 O verificacionismo de Schlick	73
Considerações finais	80
Referências	83

Resumo

Acreditando resolver definitivamente todos os problemas filosóficos, o *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein, independentemente de cumprir ou não o ambicioso anúncio de seu Prefácio, por certo influenciou radicalmente os estudos de filosofia que seguiram à sua publicação. Sob forte influência de suas idéias, a epistemologia contemporânea deve à sua análise lógica da linguagem – que elucida, ou mostra, como uma proposição com sentido pode bem dizer os fatos – a matriz filosófica que municiou, e ainda municia, discussões acerca do princípio da verificabilidade. Desse modo, a aderência do *Tractatus* às idéias da filosofia gestada no Círculo de Viena, ainda que ostensivamente criticada por Wittgenstein, se consolidara como a grande contribuição wittgensteiniana para o positivismo lógico, notadamente, a filosofia de Moritz Schlick e Alfred Jules Ayer. Ambos investiram na proximidade estreita entre a leitura lógica da estrutura da proposição, erguida por Wittgenstein, e a tarefa de fundamentação da atividade científica. Questões semelhantes a “como posso verificar uma proposição?” e “o que, enquanto condição, permite a verificabilidade de uma proposição?” rondavam, frequentemente, os espaços de debate filosófico, muitos deles, capitaneados por Schlick. Para esse filósofo, responder tais questões consistia o programa de pesquisa da nova filosofia da linguagem, projeto ancorado em passagens fundamentais do *Tractatus*, em particular naquelas voltadas à lógica como condição para a significatividade, para o sentido das proposições significativas. Isso posto, nosso trabalho se propõe cumprir dupla tarefa: expor, em linhas gerais, o projeto do *Tractatus*, enfatizando tanto suas idéias seminais para a lógica como aquela “contraparte mística”, por vezes tomada como dispensável e tardia; e promover uma aproximação entre o princípio da verificabilidade e o projeto do *Tractatus*, na tentativa de identificação da estabelecida familiaridade entre as teses do Círculo e as idéias de Wittgenstein. Mostraremos que a benquista proximidade do *Tractatus* ao pensamento do positivismo lógico, apesar de acanhar seu projeto fornecendo uma leitura parcial da sua filosofia, seguiu profícua para os estudos da significação, em especial para a discussão acerca da natureza da descrição científica. Tal debate, de forte viés logicista, faz derivar os maiores avanços já edificados pela epistemologia contemporânea, todavia, e isso pouco se evidencia, colabora para a dissolução da árdua integração lógico-mística empreendida por Wittgenstein – talvez o motivo maior de sua insatisfação frente às teses do positivismo lógico – que consideramos essencial para a plena compreensão da obra.

Palavras-chave: *Tractatus*. Wittgenstein. Linguagem. Significação. Círculo de Viena.

Abstract

Believing to definitively solve all philosophical problems, Ludwig Wittgenstein, in *Tractatus Lógico-Philosophicus*, radically influenced the studies of Philosophy that followed its publication, whether it has fulfilled or not the ambitious announcement of the Preface. Under strong influence of his ideas, contemporary epistemology owes his logical analysis of language – which explains, or shows, how a proposition with meaning can well tell facts – the philosophical matrix that provided, and still provides, discussions about the principle of verifiability. Thus, the adherence of *Tractatus* to the idea of the philosophy generated in the Circle of Viena, even if openly criticized by Wittgenstein, had consolidated itself as the great wittgensteinian contribution to logical positivism, especially the philosophy of Moritz Schlick and Alfred Jules Ayer. Both of them have invested in the strong closeness between the structure of proposition logical reading, raised by Wittgenstein, and the foundation task of scientific activity. Questions similar to "How can I examine a proposition?" and "What, as a condition, allows the verifiability of a proposition?" were frequent at the philosophical debates, a lot of them led by Schlick. For that philosopher, the research program of the new philosophy of language consisted in answering such questions. That project was anchored in fundamental passages of *Tractatus*, particularly in those related to logic as a condition to meaningfulness, to the meaning of significant propositions. This paper, then, aims at fulfilling a double task: to expose, in general terms, the *Tractatus* project, emphasizing both its seminal ideas for logic and that "mystic counterpart", sometimes taken as expendable and late; and to bring closer to each other the principle of verifiability and the *Tractatus* project, as an attempt to identify the established familiarity between the theses of the Circle and Wittgenstein's ideas. We will show that the esteemed proximity of *Tractatus* to the logical positivism thought, in spite of narrowing his project by providing a partial reading of his philosophy, is still profitable for the studies of signification/meaningfulness, in particular for the discussion about the nature of scientific description. Such debate, of strong logistic nature, brings about the greatest advances in contemporary epistemology. That, however, does not become much evident, and sometimes contributes to the dissolution of the hard logic-mystic integration undertaken by Wittgenstein – perhaps the greatest reason for his dissatisfaction with the theses of logical positivism – which we consider essential for the full understanding of the work.

Introdução

Se esta obra tem algum valor, ele consiste em duas coisas. Primeiramente, em que nela estão expressos pensamentos, e esse valor será maior quanto melhor expressos estiverem os pensamentos. Quanto mais perto do centro a flecha atingir o alvo. - Nisso estou ciente de ter ficado muito aquém do possível. Simplesmente porque minha capacidade é pouca para levar a tarefa a cabo. - Possam outros vir e fazer melhor.¹

A clareza, no *Tractatus*,² não se reduz tão somente àquele traço sempre desejado ao bom escritor. A escrita clara, sem adornos, parece servir a obra talvez como o único meio adequado à sua expressão. Além disso, o reconhecimento do seu valor filosófico dependeria, como ressalva seu Prefácio, do quão melhor expressos estiverem os pensamentos registrados no livro; do quanto seus aforismos se fazem, afinal, claros.³ Desse modo, a expressão clara dos pensamentos – a forma dos aforismos – se assume condição indispensável ao bom cumprimento da sua empreitada: a resolução definitiva de todos os problemas filosóficos.⁴ No *Tractatus*, portanto, mais que um recurso mobilizado pelo estilo do escritor, o emprego de uma linguagem clara termina por realçar – por mostrar – o próprio sentido da filosofia expressa no livro, talvez melhor apanhado com estas palavras: “o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode, deve-se calar”.⁵

A busca pela clareza da linguagem, que ela possa dizer os fatos claramente, constituiu, para muitos, a grande virtude da filosofia tractatiana. Assim, a prosperidade filosófica do *Tractatus* estimularia uma nova virada filosófica – considerada definitiva pelo Círculo de Viena – amparada, agora, no conhecimento da natureza do lógico, da

1 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*, Trad. de Luiz Henrique L. dos Santos, 2001, p.131-132.

2 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio, p.132.

3 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio, p.132.

4 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio, p.132.

5 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio, p.131.

natureza das formas puras, como sintetizaria Moritz Schlick em *El Viraje de la filosofía*: “El grande viraje no debe, pues, ser atribuido a la lógica misma, sino algo totalmente distinto [...] que actúa em um plano mucho más profundo: el conocimiento de lo lógico mismo”.⁶

Essa nova compreensão da lógica municiaria a defesa de uma concepção científica de mundo que estabeleceria a inspeção do sentido da proposição como tarefa exclusiva da nova filosofia da linguagem.⁷ Nos termos do Círculo, a tarefa da filosofia consistiria em agora esclarecer as condições lógicas – necessárias – para a instalação do sentido de uma proposição. Sendo assim, uma proposição somente teria sentido – que ela seja, ao cabo, verdadeira ou falsa – caso cumprisse as exigências lógicas que legalizariam sua significatividade; caso contrário, a proposição não passaria de um mero aglomerado de palavras, sem sentido, do qual não resultaria conhecimento algum, a exemplo dos enunciados metafísicos.

Enxergando, no *Tractatus*, o aparato lógico adequado para definitivamente afastar a linguagem científica da indesejável construção de proposições mal formadas – enunciados sem sentido –, o Círculo de Viena adotaria a filosofia tractatiana como sua referência maior – somada aos trabalhos de Russell, Whitehead, dentre outros – para a sua concepção científica do mundo. Tomando a expressão de derivação tractatiana “o que pode ser dito pode ser dito claramente” como uma espécie de lema, os membros do Círculo passariam a defender uma atitude científica livre da metafísica, sobretudo uma atitude científica antimetafísica.⁸ Essa atitude encontraria firme apoio em uma leitura de ênfase logicista do *Tractatus*, eminentemente interessada nas passagens que esclareceriam como a lógica asseguraria o sentido da proposição. Desse modo, enunciados metafísicos deveriam ser evitados a todo custo, pois manteriam um “vínculo

6 SCHLICK, Moritz. *El viraje de la filosofía*, 1965, p.61.

7 Ver HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. *A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena*, 1986. Originalmente publicado em 1929, com o título *Wissenschaftliche Weltauffassung der Wiener Kreis*.

8 Ver HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. *A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena*, 1986, p.9.

demasiadamente estreito com a forma das linguagens tradicionais”, portando uma “ausência de clareza quanto à realização lógica do pensamento”.⁹ Essa falta de clareza desautorizaria a metafísica da produção de teorias, da comunicação de conhecimento, sendo mais adequada, como assere o Manifesto de 29, ao registro da poesia ou do mito.¹⁰

Apesar da positiva recepção do *Tractatus* e da promoção da figura de Wittgenstein como fonte de maior inspiração teórica para a atitude científica do Círculo, notava-se, à época, pouca aproximação entre os lados. Ao contrário das tentativas de contato dos positivistas lógicos – em sua grande maioria frustradas –, não se notava em Wittgenstein qualquer inclinação para o estabelecimento de um intercâmbio teórico. Resistindo aos convites expedidos pelo Círculo, Wittgenstein permitiria somente a poucos interessados, em especial Schlick, algum tipo de debate. Essa postura arredia resultaria, a princípio, da insatisfação de Wittgenstein frente aos rumos assumidos pela filosofia do positivismo lógico, fortemente marcada pela indiferença diante do que buscaria a metafísica expressar.¹¹

A confusão entre o valor da metafísica, enquanto forma de conhecimento possível, e o valor daquilo que ela buscaria expressar consistiu um dos pontos fundamentais de ruptura entre Wittgenstein e o pensamento do positivismo lógico. Apesar do *Tractatus* abrigar passagens¹² que alertariam sobre a impossibilidade de expressão de algo metafísico – o que infringiria as regras lógicas de nossa linguagem –, Wittgenstein levamos a crer que, no *Tractatus*, esse *algo*, embora impedido de uma expressão linguística, deveria ser levado em conta como resultado de esforços filosóficos legítimos.¹³ Para o

9 Ver HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena, 1986, p.11.

10 Ver HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena, 1986, p.11.

11 Ver MONK, Ray. Wittgenstein: o dever do gênio, p.263.

12 A passagem mais conhecida seria o aforismo 6.53 (*Tractatus*, p.281), entretanto pode-se encontrar referências acerca da impossibilidade de expressão de algo metafísico em 6.42 (p.275), 6.423 (p.277), 6.521 (p.279).

13 Nesse caso, interpreta-se a escalada através da escada, mencionada em 6.53 (*Tractatus*, p.281), como o percurso filosófico que levaria a uma visão correta do mundo, também a visão do ético. A subida

Círculo, de modo outro, a atitude do metafísico, também a do teólogo, orientada por uma má compreensão de si próprios, consistiria na expressão de estados de coisas com proposições que, em verdade, nada diriam. Tais expressões, além de impróprias, se voltariam à comunicação de vivências, considerações sobre a vida, temas de relevância apenas para o campo de reflexão artística. Sendo assim, a filosofia deveria estabelecer as condições para a identificação de enunciados que nada significariam, de modo a preservar a linguagem científica – voltada unicamente à expressão de fatos – de enunciados que simulariam “conteúdo teórico onde não existe nenhum”.¹⁴

É neste ponto, a definição do papel da filosofia, que as divergências entre Wittgenstein e a concepção científica do mundo se aclaram com maior intensidade. De modo geral, o papel da filosofia, como entendia Wittgenstein, seria mostrar que valores absolutos – seja também o ético e o estético – não poderiam, de modo algum, ser expressos por meio de enunciados. Entretanto, esse algo, não exprimível por meio da linguagem, não poderia ser desprezado ou simplesmente registrado no expediente de reflexão da arte.¹⁵ Pelo contrário, o registro dos valores poderia ser demarcado via análise da estrutura da proposição, exame a ser cumprido no interior da linguagem. Em outras palavras, a análise da estrutura da proposição, ou fazer conhecer as regras de uma linguagem logicamente em ordem, também realçaria o significado inefável do que a metafísica buscaria equivocadamente definir. Através de um processo de clarificação conceitual, a análise da linguagem – tal a escalada mencionada em 6.54 – levaria à visão do místico, à contemplação silenciosa do mundo *sub specie aeterni*,¹⁶ mesma visão do filósofo que finalmente se põe diante daquilo que, dadas as regras lógicas da significação, as proposições não podem, de modo algum, expressar.

através da escada representaria a análise da linguagem, por entre sua estrutura lógica, como tarefa a ser desempenhada somente pelo filósofo.

14 Ver HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena, 1986, p.11.

15 Ver HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena, 1986, p.11.

16 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 6.45, p.279.

Assim, longe de ser do domínio exclusivo da arte, como acreditavam os antimetafísicos do Círculo, os valores constituiriam, para Wittgenstein, a secreção última e infável da atividade original da filosofia, portanto jamais deveriam ser tomados como dispensáveis ou desprezáveis. Os valores, pelo contrário, seriam o que haveria de mais importante, mesmo no contexto do *Tractatus*:

Toda minha tendência - e creio que a de todos aqueles que tentaram alguma vez escrever ou falar de Ética ou Religião - é correr contra os limites da linguagem. [...] A ética, na medida em que brota do desejo de dizer algo sobre o sentido último da vida, sobre o bem absoluto, o absolutamente valioso, não pode ser uma ciência [...] mas é um testemunho de uma tendência do espírito humano que eu pessoalmente não posso senão respeitar profundamente e que por nada neste mundo ridicularizaria.¹⁷

Embora distantes das investidas de Wittgenstein acerca do estatuto do ético, e levando em conta somente as considerações sobre lógica como componente fundamental do *Tractatus*, os verificacionistas do Círculo logo converteriam a filosofia da linguagem tractatiana em grande novidade filosófica para a epistemologia contemporânea, sobretudo para o debate em torno da verificação. Essa leitura programática e seletiva, que renegaria os aforismos que tratariam da temática mística – sob o argumento de que nada acrescentariam à tarefa de clarificação da linguagem científica – consolidaria, acreditamos, uma interpretação instalada em lugar de leitura distinto daquele talvez exigido pela obra, portanto pretendido por Wittgenstein. Tal lugar, antecipado no Prefácio,¹⁸ se confundiria com a visão de seus aforismos tramados tal como uma rede que nada diria ao leitor; todavia se poderia, através dela, saber com clareza do percurso que leva à intuição correta do mundo, a visão do mundo *sub specie aeterni*. Esse lugar de leitura, por assim dizer, privilegiado, que toma a estrutura do livro como componente necessário à compreensão de sua filosofia, servirá como suporte para a leitura que

17 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, 1929, p.224.

18 O lugar o qual fazemos alusão seria aquele ocupado “apenas por quem já tenha alguma vez pensado por si próprio o que nele vem expresso – ou, pelo menos, algo semelhante” e ainda por aquele que não toma o livro como um manual (*Tractatus*, Prefácio, p.131).

tentaremos apresentar neste trabalho: uma leitura atenta às relações entre lógica e ética no *Tractatus*, assumidas como fundamentais para a compreensão da obra.

Assim, de modo geral, nosso trabalho pergunta que leitura melhor se aproximaria das recomendações redigidas no Prefácio do *Tractatus*, portanto mais próxima da leitura esperada por Wittgenstein; perguntamos ainda em que momento o verificacionismo do Círculo se distanciaria desta leitura que, de algum modo, busca integrar lógica e ética no *Tractatus*. Motivados por tais questões, pensamos cumprir uma dupla tarefa, a saber: I) apresentar, ainda que de modo geral, como lógica e ética no *Tractatus* poderiam se relacionar – e assim acreditamos nos aproximar de uma leitura mais atenta às recomendações do seu prefácio; II) reconhecer no verificacionismo do Círculo de Viena a virtude de uma leitura tractatiana historicamente estabelecida e importante, apesar de apontada, pelo próprio Wittgenstein, como equivocada e parcial, portanto estranha aos propósitos filosóficos do *Tractatus*.

Em nosso primeiro capítulo, *Os limites da linguagem*, apresentaremos a noção de forma lógica de afiguração por entender que tal noção se assume conceito-chave para uma possível leitura de integração entre lógica e ética no *Tractatus*, que também cumpriria a tarefa fundamental de apresentação dos limites internos da linguagem, estabelecidos via análise da estrutura da proposição. Tais limites demarcariam não só a significatividade como também limitariam o lugar do ético, revelando, de alguma forma, seu estatuto infável. Ao examinar a noção de *forma lógica de afiguração* daremos especial atenção à noção de *mostrar*, por entender que a análise deste conceito permite a fundamentação da idéia de uma leitura que relacione estreitamente lógica e ética; que tome o *Tractatus*, portanto, como um tipo de móbile onde os aforismos, armados em muitos níveis, podem ser aproximados mesmo se distantes no plano da obra.¹⁹ Assim, tomado como uma espécie de instalação suspensa, o *Tractatus* abrigaria muitos pontos possíveis de

¹⁹ Tomamos emprestada a noção de móbile, enquanto visão estrutural do *Tractatus*, presente em SALLES, João Carlos. Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias, p.108-109.

entrada, também muitos pontos de escape que, nem sempre, estariam a residir ao cabo do livro.

Em nosso segundo capítulo, *Além dos limites da linguagem*, apresentaremos as noções de valor relativo e valor absoluto, presentes na *Conferência sobre ética* de 1929, texto também dedicado ao esclarecimento do estatuto do ético. Reapresentando na *Conferência* seu projeto lógico-ético, antes revelado no *Tractatus*, Wittgenstein parece empenhar-se em significar o que, certa vez, em carta a possível editor do *Tractatus*, buscara expressar ao afirmar que seu livro, em verdade, seria melhor compreendido se assumido como uma obra que tem por objetivo o ético.²⁰ Desse modo, acreditamos, partindo do exame do estatuto dos valores, em especial do ético, poder encontrar algum apoio para uma possível defesa da acomodação natural entre lógica e ética na filosofia de Wittgenstein ao tempo do *Tractatus*.

No terceiro e último capítulo, *Significação, verificabilidade e linguagem científica*, apresentaremos o caso da leitura positivista-lógica do *Tractatus*, representada pela noção de verificabilidade de Moritz Schlick, impressa especialmente em seu texto *Sentido e Verificação*.²¹ A esta altura, buscaremos, através do seu exame, exemplificar a controversa prosperidade do *Tractatus* que tanto serviu para divulgá-lo e alçá-lo à condição de referência magna da epistemologia contemporânea; como serviu também para afastar sua audiência daquilo que entenderia Wittgenstein, por fim, como a legítima finalidade da sua filosofia. Destacaremos alguns pontos de contato entre o princípio da verificabilidade e a armação legalista e lógica da linguagem pensada no *Tractatus*, condição para o estabelecimento do sentido da proposição, deixando ver a estreita proximidade teórica entre o *Tractatus* e o verificacionismo de Schlick, embora não suficiente para a promoção de uma maior aproximação e debate entre ambos.

20 GLOCK, Hans-Johann. Dicionário Wittgenstein. Verbete dizer/mostrar, p.129

21 SCHLICK, Moritz. Sentido e verificação, 1936.

Ademais, cumpre ressaltar que outros componentes poderiam estar possivelmente implicados na insatisfação de Wittgenstein em relação ao positivismo lógico, como, por exemplo, a coincidência cronológica entre a recepção entusiasmada do *Tractatus* pelo Círculo de Viena e o já abandono da filosofia tractatiana pelo próprio Wittgenstein. A essa altura, Wittgenstein já teria em mente uma nova concepção de significação, completamente distinta daquela impressa no *Tractatus* e forte o suficiente para fazer parecer seu primeiro livro um claro erro em filosofia. Apesar da relevância de tal questão, nosso trabalho não se ocupará com a tarefa de levantamento dos motivos que obrigaram Wittgenstein a uma pronta rejeição da leitura cientificista do Círculo de Viena. Pensamos que um trabalho que se ponha nesta direção deve necessariamente levantar um grande número de questões de cunho biográfico e histórico, questões que, pelo menos agora, passam mais ao largo do que ao centro do nosso interesse.

Capítulo I

Os limites da linguagem

Proposições não podem exprimir
nada de mais alto (*Wittgenstein*).

1.1 Considerações iniciais

No prefácio do *Tractatus*, Wittgenstein afirma o valor de sua obra consistir em duas coisas: que ela expressaria pensamentos e que esse valor seria maior quanto melhor pudesse expressá-los: “Quanto mais perto do centro a flecha atingir o alvo”.²² Desse modo, o *Tractatus* é, se não uma seqüência de flechas, uma seqüência de delicadas aproximações a certo alvo. Suas flechas, então contra-sensos, parecem cumprir a estranha tarefa de tornar possível a linguagem exprimir o inexprimível, dizer o inefável. Todavia, ao contrário do que pensava Russell, as proposições do *Tractatus* parecem não *dizer* seu significado, elas parecem de alguma forma *mostrá-lo* na própria estrutura que as suportaria. Desse modo, o recurso do *mostrar* termina por legalizar a empreitada da obra, afastando-a da estranheza própria de projetos que, partindo da contingência, do científico, tentariam solapar o *que* subsiste enquanto condição fixa para a significação.²³

Ao *mostrarem* seu significado, as proposições do *Tractatus* escapam, por assim dizer, de certo horizonte delituoso, onde claramente vigoraria a impossibilidade lógica de se alvejar um alvo *fora* do mundo com flechas nele disparadas, de se recobrir com linguagem o que é essencialmente lógico: a lógica e sua aplicação não devem colidir;

22 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio, p.131; 133.

23 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.024; 2.027, p.141.

não devem se sobrepor.²⁴ Nesse caso, a distinção entre *dizer*, tarefa eminentemente científica, e mostrar, tarefa própria do filósofo, constitui a pedra de toque para a legalidade da filosofia tramada no *Tractatus*; constitui a chancela para sua filosofia realizar-se enquanto atividade lícita, ainda que paradoxal. Uma filosofia negativa que opera de forma suicida, uma vez que trata de recolher o fio que a orienta, uma vez que trata de negar-se ao mirar a atmosfera da alegoria sobre a célebre escada²⁵.

Ao retrazar a trajetória das flechas – *pseudoproposições* – disparadas pelo *Tractatus*, esboça-se, portanto, o modo como é nele forjada uma aproximação com o inefável; o modo como o *Tractatus* tenta agarrá-lo: "Pseudoproposições são aquelas que, quando analisadas, deveriam *dizer* o que, todavia *mostram*".²⁶ Essa aproximação, motivação da seqüência que compreende os aforismos 2.1 ao 2.225, intervalo que trata da noção de *forma lógica de afiguração*, parece regulamentar a atuação da proposição enquanto uma *figuração*. Tais regras – as quais o aforismo 4.0141 parece,²⁷ provavelmente, fazer alusão – elucidariam o que pode a linguagem dizer claramente – eis demarcado o campo do científico – e, do contrário, aquilo que, uma vez alto,²⁸ deve necessariamente escapar-lhe: o *inefável*.

Curiosamente, o próprio *Tractatus* constitui, nesse sentido, estranho paradoxo, pois parece violar as regras, que ele mesmo cria, ao forjar certo expediente no qual a linguagem pode, excepcionalmente, mirar o indizível, misteriosamente dizê-lo. As proposições do *Tractatus*, dado o que pretendem, parecem então promover delito flagrante: suas proposições tentam ultrapassar os limites do significativo e logo agarrar a forma lógica inefável, uma vez assumida pela concatenação dos objetos simples – pois essencialmente lógicos – subsistentes, portanto, *fora* do alcance do lingüístico.

24 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 5.557, p.243.

25 Diz, Wittgenstein, no aforismo 6.54 do *Tractatus*: "Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contra-sensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela)".

26 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cadernos*, 20.10.14, p.28.

27 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p.167.

28 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.42, p.275.

A defesa da legalidade do *Tractatus* – formulada em 4.121 – apóia-se no argumento de que suas proposições seriam, em verdade, pseudoproposições e assim *mostrariam* apenas o que, aparentemente, parecem dizer: “A proposição não pode representar a forma lógica, esta forma se espelha na proposição. O que se espelha na linguagem, esta não pode representar. O que se exprime na linguagem, *nós* não podemos exprimir por meio dela. A proposição *mostra* a forma lógica da realidade. Ela a exhibe”.²⁹ Dessa forma, suas pseudoproposições *mostram* o transcendental; e assim acertam, cuidadosamente, o alvo. Posto isso, o *Tractatus* se faz estranha pintura, uma vez que parece afigurar o que paradoxalmente enfatiza como irrepresentável, como inafigurável: a *forma lógica de afiguração*, a saber, a forma assumida por certo arranjo de *coisas* e projetada na proposição.

Essa tensão, esse traço característico de sua controversa filosofia, é, pois, o objeto de exame deste capítulo. Nos ocuparemos com a noção da forma lógica de afiguração ao apresentar como operaria o artifício wittgensteiniano do *mostrar*, recurso sem o qual, acreditamos, não poderia o *Tractatus* legalmente anunciar os limites do lingüístico, por assim dizer, demarcar – após estabelecimento de legislação lógico-transcendental – o espaço de manobra do científico. Buscaremos, assim, exhibir a tentativa de Wittgenstein de construção de limites definitivos para a linguagem, para o discurso científico, uma vez que ele os traça na – através da – própria estrutura da proposição.

A estrutura do Tractatus ou nosso viés de leitura

É, o *Tractatus*, uma trama urdida tal como um móbile.³⁰ Assim disposto, esse livro poderia ser visitado em instantes diferentes de seu texto, em níveis lógicos distintos,

29 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.121, p.179.

30 A noção de que a estrutura do *Tractatus* estaria disposta tal a forma de um móbile encontra-se em SALLES, João Carlos. Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias: “Os aforismos restam, afinal, dependurados, como em um móbile, podem ser visitados como se passeássemos por uma instalação, dentro da qual, conservada uma ordem, o próximo e o distante podem confundir-se e dependem em um ponto de vista. Como uma instalação, podem ser vistos em níveis distintos, em encadeamentos ora circulares, ora hierárquicos, mas devem sobretudo ser vistos em conjunto, pois apenas assim avivam-se analogias e contrapontos, pelos quais, por assim dizer, vemos dialogar os aforismos” (p.108-109).

preservando, em todos os casos, sua unidade enquanto obra. Isso seria possível, pois a estrutura singular do móbile o permitiria. Sendo assim, cada aforismo conservar-se-ia como potencial ponto de entrada no texto, ofertando roteiros de leituras diversos, para longe da linearidade sugerida pelo hábito de seguir o rumo que, usualmente, nos aponta a capa: “o número de combinações de percursos e momentos alternativos é espantoso. Isso mostra que o *Tractatus* admite muitos tipos de percursos de leitura. Em outras palavras, a obra permite diferentes entradas”.³¹ Caso seja o *Tractatus* essa estrutura dinâmica e complexa, seus aforismos – as peças que compõem o móbile – devem, necessariamente, assumir uma tensa e ambígua condição: cada aforismo do *Tractatus* deve ser *saturado* e, em certo sentido, deve também gozar de certa *insaturação*.

Cada aforismo é, pois, saturado, na medida em que é lavrado como unidade de argumento resolvida, autônoma, harmoniosa, conservando assim os germes dos problemas que a obra, no todo, enfrenta; insaturado, na medida em que cada aforismo só pode ser decifrado à luz da compreensão dos demais, sendo essa, portanto, sua forma de vínculo. Essa forma de vínculo aproxima cada unidade do móbile, evidenciando contrastes, analogias, continuidades pouco aparentes, transformando aquilo que se apresentava discreto em nuance de tons indiscerníveis. Desse modo, penetrar no *Tractatus* é bem caso de atravessar uma instalação que articula peças de transparência cristalina: pode-se, através delas, o todo ver; pode-se nelas, caso tomadas em conjunto, saber das circunstâncias daquele que se instala em lugar privilegiado, lugar semelhante ao que o próprio *Tractatus* exige para sua correta leitura.

Tal experiência, ela mesma mística, mostra-se logo atividade cara àqueles que nela se aventuram. Boa amostra dessa dificuldade encontra-se impressa na segunda seção do *Tractatus*, seção que apresenta os limites de alcance da linguagem.³² Nela, cada aforismo se desdobra num certo *continuum*, em certa espécie de gramática especular, ela arredia e transparente, parecendo imposta, por completa, no significado de cada

31 PINTO, Paulo R. M. Iniciação ao silêncio, p.289.

32 Menciono o intervalo 2.1 a 2.225.

elemento seu. Uma gramática frenética, pois a todo tempo aproxima o distante, antecipa o tardio, respirando a obra, por vezes, em seu conjunto. A noção de forma lógica de afiguração – impressa na segunda seção – anteciparia, nessa medida, o tema do inefável, aquele epílogo oracular e ascético. Isso é possível, pois o caminho da análise da linguagem deve algo revelar – o que apenas se *mostra* – sendo, portanto, *isto* o inefável.

Ao cabo do livro, ao tomar o ético, o estético, como finalidade da filosofia, Wittgenstein executa uma rica relação analógica para a sua análise da linguagem: sua analogia permite aproximar a lógica sobretudo de temas a ela estranhos como, por exemplo, a visão de mundo correta fruída *sub specie aeterni*.³³ Uma analogia, ou melhor, uma *imagem* que apontaria indícios sutis, mas de alcance notável para a compreensão do *Tractatus* como obra que transcenderia a expectativa pueril de ser apenas um importante texto sobre a fundamentação da tarefa científica; tarefa confinada senão nos limites do mundo, nos limites da linguagem, nos limites da aplicação de lógica.

1.2 A forma lógica de afiguração

Pode dizer-se que não temos a certeza de conseguirmos pôr no papel em imagens todos os fatos; mas temos a certeza de poder representar todas as propriedades *lógicas* dos fatos numa escrita bidimensional. Estamos aqui ainda muito na superfície, mas em terreno fértil. Pode dizer-se que, na nossa linguagem, a figura da [o esgrimista] direita representa algo, e também a da [o esgrimista] esquerda, *mas*, ainda que não fosse esse o caso, a sua posição recíproca poderia representar algo. (A saber, uma relação).³⁴

Figuramos os fatos.³⁵

Se abstrairmos da significação das palavras simples ou dos símbolos (na medida em que eles têm significados independentes), obteremos uma idéia de forma pura.³⁶

33 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.54, p.174.

34 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cadernos*, notas de 29 a 30/09/1914.

35 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.1, p.143.

36 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Algumas observações sobre forma lógica*, p.39.

Dois esgrimistas, por exemplo, estão representados em um desenho tal como em um combate.³⁷ O desenho descreve a posição dos oponentes, o modo como singularmente duelam, podendo ser fiel à cena e descrever cada detalhe com rara precisão. De forma inversa, pode também o desenho desprezar o detalhe, ser indolente a ponto de simplificar – ou mesmo ignorar – a riqueza de cores e formas que trama cada pormenor do complexo. Assim, poderia ainda representar um duelo imaginário, que não acontece nem sequer acontecerá. Em todos os casos, para além da concordância do desenho com a realidade – que ele descreva dessa ou daquela forma um combate efetivo ou não, o desenho, assegura Wittgenstein, *sempre* representaria algo.³⁸ Ainda segundo ele, o desenho – então uma figuração – sempre representa uma *relação* de natureza lógica independente dos fatos. Essa relação, uma vez representada na figuração, torna possível a descrição dos fatos independentemente da concordância da figuração com a experiência, ou seja, com independência de o combate travado entre os esgrimistas realizar-se ou não. Assim, como uma imagem, a proposição representaria “o que representa, independentemente de sua verdade ou falsidade, por meio da sua forma de afiguração”.³⁹ A proposição, desse modo, portaria um *sentido*.⁴⁰

Enquanto imagem, a proposição pode apenas mostrar a isomorfia entre linguagem e fato, sendo ela uma *relação lógica*; a sua própria armação lógica, a condição de possibilidade para a dizibilidade dos fatos. Assim, qualquer que seja sua forma, o que toda figuração “deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo – correta ou falsamente – afigurá-la é a forma lógica, isto é, a forma da realidade”.⁴¹ Tal construção lógica resulta de certa paridade das *coisas* – os *objetos simples* – com os elementos da figuração.⁴² Se o caso é uma proposição, seus elementos, os *sinais simples* ou *nomes* logo designam certos objetos necessariamente simples no espaço

37 WITTGENSTEIN, Ludwig. Cadernos, nota de 29/09/1914.

38 WITTGENSTEIN, Ludwig. Cadernos, notas de 29 a 30/09/1914.

39 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 2.22, p.147.

40 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 2.16, p.143.

41 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 2.18, p.145.

42 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 2.1514, p.143.

lógico;⁴³ objetos esses, transcendentais. Assim, a proposição assume-se uma imagem, pois representa os fatos, tal como uma pintura: a proposição descreve a paisagem, expressando a forma como os elementos que compõem o retratado se relacionam. A proposição expressa tal relação, pois cada elemento da proposição substitui⁴⁴ um objeto na situação. A substituição conjunta implica uma forma, a forma da realidade. Assim, como uma pintura, a figuração descreve seu objeto de *fora*, sendo, portanto, esse o seu ponto de vista: a “sua forma de representação; por isso a figuração representa seu objeto correta ou falsamente”.⁴⁵

Ao descrever seu objeto de fora, a figuração *mostra*, ponto a ponto, a forma dos fatos, contudo, a proposição não pode afigurar o que assegura a afiguração: o significado dos nomes que compõem a proposição. Os objetos, que conferem a regra de tradução de uma linguagem noutra, são, assim, inafiguráveis; eles restam como condição fixa do sentido, assegurando “a figuratividade de nosso modo de expressão”; asseguram, portanto, “a possibilidade de todos os símiles”.⁴⁶

Que haja uma regra geral por meio da qual o músico pode extrair a sinfonia da partitura, uma por meio da qual se pode derivar a sinfonia dos sulcos do disco e, segundo a primeira regra, derivar novamente a partitura, é precisamente nisso que consiste a semelhança interna dessas configurações, que parecem tão completamente diferentes. E essa regra é a lei da projeção, lei que projeta a sinfonia na linguagem das notas. É a regra de tradução da linguagem das notas na linguagem do disco gramofônico. A possibilidade de todos os símiles, de toda a figuratividade de nosso modo de expressão, repousa na lógica de afiguração.⁴⁷

Assim sendo, a “substância do mundo [os objetos] só pode determinar uma forma lógica – a forma da situação – e não propriedades materiais. As propriedades materiais são representadas pelas proposições – são constituídas apenas pela configuração dos

43 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 3.201 e 3.202, p.151.

44 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 3.22, p.151.

45 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 2.173, p.145.

46 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 4.0141 a 4.015, p.167.

47 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 4.0141 a 4.015, p.167.

objetos”.⁴⁸ A forma assumida pelos objetos na situação é a construção lógica idêntica à linguagem e mundo; os elementos da figuração assim estão “uns para os outros de uma determinada maneira” representando “que as coisas assim estão umas para as outras”.⁴⁹ Em sendo assim, “A proposição é a descrição de um estado de coisas. Como a descrição de um objeto o descreve pelas propriedades externas que ele possui, a proposição descreve a realidade pelas propriedades internas que esta possui”.⁵⁰ Essa isomorfia garante à linguagem a dizibilidade dos fatos – que ela possa dizê-los claramente – pois a ordem, a forma lógica comum ao mundo e a linguagem se encontra determinada, uma vez subsistente em campo lógico e anterior ao lingüístico: “a proposição comunica-nos uma situação; deve, pois, estar essencialmente vinculada a ela. E o vínculo é precisamente ser figuração lógica dela”.⁵¹

Desse modo, não cabe à lógica determinar que esgrimistas duelem nessa ou naquela posição, que eles realmente venham empunhar seus sabres como descreve o desenho. Lógica e sua aplicação não devem colidir. Por outro lado, que esgrimistas possam, independentemente dos fatos, ser representados, e descrita bem ou mal a ação que os dois desempenham, é essencial à tarefa da lógica: a lógica assegura a representação. Cabe à lógica, portanto, assegurar a *possibilidade* de verdade ou falsidade do que a figuração enuncia. A lógica assegura, assim, a *bipolaridade* da proposição: a possibilidade de que a proposição concorde ou não com os fatos, garantindo que a linguagem possa bem dizê-los, independentemente da ocorrência dos fatos ou não.

A estrutura lógica da linguagem – ela pouco aparente – oferta a multiplicidade de formas de figuração possíveis; todas suportadas por uma mesma estrutura de natureza lógica. Dessa forma, o sentido comum a toda descrição encontra-se *dado* – instalado – em campo *anterior* ao significativo; lugar onde se pode antecipar qualquer modelo, seja ele uma figuração espacial, sonora ou colorida, qualquer modelo que se possa montar:

48 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 2.0231, p.139.

49 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 2.15, p.143.

50 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 4.023, p.169.

51 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 4.03, p.171.

na “proposição, uma situação é como que montada para teste.⁵² Pode-se dizer sem rodeios: esta proposição representa tal e tal situação – ao invés de: esta proposição tem tal e tal sentido”.⁵³ Seu sentido a figuração *mostra*, independentemente de sua verdade ou falsidade, independentemente de seu cotejo com o mundo. A figuração, seja o caso um desenho de esgrimistas em combate, mostra, portanto, a estrutura lógica da descrição, aquilo que torna a figuração uma representação passível de verdade ou falsidade.

Nessa medida, assim como a “descrição de um objeto o descreve pelas propriedades externas que ele possui, a proposição descreve a realidade pelas propriedades internas que esta possui”.⁵⁴ Tais propriedades internas são, se não, as relações que as coisas guardam, umas para as outras, na situação; as relações internas que as tornam uma concatenação, um arranjo de coisas. Essas relações internas, que permitem a ligação de uma coisa à outra, são, portanto, essenciais à produção do sentido: “A proposição possui traços essenciais e casuais. São casuais os traços que derivam da maneira particular de produzir o sinal proposicional. Essenciais, os que, por si sós, habilitam a proposição exprimir seu sentido”.⁵⁵

A idéia da existência de uma forma aparente da linguagem – e nisso consiste o mérito de Russell⁵⁶ – que escamotearia a forma proposicional real, ela lógica e pouco ruidosa, consiste, aponta o *Tractatus*, a finalidade da análise da linguagem. Essa análise deve revelar, por sua vez, uma essência não lingüística da proposição. Do contrário, se a essência da linguagem brotasse dela própria, a expressão da significatividade estaria logo comprometida, pois seria regulada por certa linguagem amoldada à ocorrência de um mundo particular. A lógica, de forma oposta, não deve ater-se ao casual; a lógica deve cuidar *necessariamente* do *essencial*; deve, desse modo, cuidar-se. Assumindo tal tarefa, a lógica torna possível essa ou aquela descrição dos fatos, essa ou aquela

52 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.12, p.143.

53 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.0311, p.171.

54 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.023, p.169.

55 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.34, p.161.

56 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio, p.131.

figuração que enuncie *como* seja o mundo: “O essencial na proposição é, portanto, o que têm em comum todos os símbolos que podem cumprir o mesmo fim”.⁵⁷ *Como* seja o mundo, à lógica, é casual.

1.3 A nomeação

Assim como estes [os fatos] são compostos, assim também as proposições se compõem de elementos mais simples: o nome é o elemento proposicional que corresponde ao mais simples elemento do fato, a saber, o objeto. Só podemos aplicar nomes aos objetos, ou, em outras palavras, os objetos só podem ser nomeados, não podem ser descritos. Isso significa que não podemos aplicar proposições aos objetos, mas apenas aos fatos. A proposição, pois, apresenta sempre uma estrutura, que é uma combinação de nomes e de proposições elementares isomorficamente articulados à estrutura interna do fato.⁵⁸

Na noção pictórica da linguagem, os *nomes* funcionam como aqueles elementos últimos da proposição em relação imediata com os objetos de uma situação: “Nomes adquirem significação ao atuarem, na linguagem, como representantes de alguma coisa, no Tractatus, são signos cujo significado decorre de que nomeiam um certo objeto – mais exatamente, seu significado é o objeto que nomeiam”.⁵⁹ Os nomes, então fronteiras últimas da proposição frente ao espaço lógico, logo limitam a análise lógica da linguagem, a limitam internamente. A teoria pictórica da linguagem – o funcionamento da proposição como imagem dos fatos – apóia-se, dessa forma, na capacidade de um nome ligar-se a um objeto e somente a um⁶⁰: “o nome significa o objeto. O objeto é seu significado. (“A” é o mesmo sinal que “A”).⁶¹ Assim, a forma lógica da situação é refletida na proposição; é refletida numa relação de afiguração, numa relação de paridade estrutural: “A proposição, por sua vez, é uma combinação de nomes, e seu sentido – isto é, aquilo que ela diz ser o caso – é que os objetos nomeados estão

57 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 3.341, p.161.

58 MORENO, Arley. Wittgenstein: os labirintos da linguagem, p.23.

59 MARQUES, José Oscar de A. Pensar o sentido de uma proposição, p.2.

60 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 3.21 a 3.22, p.151.

61 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 3.203, p.151.

combinados na realidade do mesmo modo como os nomes”.⁶² Essa paridade torna possível a oferta de modelos da realidade: as proposições então armadas “sobre” estrutura lógica e transcendental.

O estabelecimento dessa relação – como um nome designa um objeto – instala um dos maiores mistérios, dentre muito possíveis, encerrados pelo *Tractatus*. É decerto misteriosa a ligação entre um nome e um objeto, se uma função a cumprir por um sujeito transcendental, ou uma função desempenhada pelo pensamento, portanto operada por um sujeito psicológico; igualmente misterioso, temos o estatuto assumido pelos nomes na projeção do lógico no lingüístico, o lugar por eles ocupado na relação afiguradora. Nesse caso, sobram argumentos que favorecem uma leitura transcendental de seu estatuto, como restam leituras que os firmam como unidades linguística, portanto tão factuais quanto a proposição que os concatena. Apesar de fundamentais, o *Tractatus* se mostra esquivo ao tratamento de tais questões, não fornecendo respostas claras quanto ao tema do estatuto do nome na nomeação. O estatuto dos nomes resta, então, como grande enigma, sendo esse enigma o tema de interesse de nossas próximas páginas, portanto seu objeto de investigação.

O problema do estatuto dos nomes

Havendo então um limite para o lingüístico, cabe-nos perguntar de que lado do limite estão, por fim, os nomes? Em outras palavras: se um nome está em relação imediata com uma coisa, nessa relação, são os nomes elementos lingüísticos, portanto factuais, portanto elementos fincados dentro dos limites da linguagem; ou são, os nomes, elementos instalados *fora* dos limites do lingüístico, portanto elementos pertencentes ao solo transcendental, campo do inefável? Sabemos que a defesa da factualidade dos nomes resulta da idéia de que há somente uma única substância comum à linguagem e ao mundo: os objetos simples. Assim entendidos, os objetos simples seriam a *única*

62 MARQUES, José Oscar de A. Pensar o sentido de uma proposição, p.2.

condição de possibilidade da linguagem e dos fatos, preenchendo, somente eles, o campo transcendental, o espaço lógico.

De forma diversa, o argumento que concebe o nome como elemento transcendental agrupa suas defesas em torno da impossibilidade da análise dos nomes – essa relatada no *Tractatus*: “O nome não pode mais ser desmembrado por meio de uma definição: é um sinal primitivo”.⁶³ Defende, assim, que os nomes, uma vez não mais sujeitos a dissecação promovida pela análise lógica, assumiriam uma natureza transcendental, sendo, desse modo, *inefáveis*. Ainda segundo esse argumento, a compreensão transcendental dos nomes amparar-se-ia também em leitura singular da paridade entre complexos e suas partes elementares constituintes, seus elementos indecomponíveis: os nomes seriam a forma lógica da linguagem, enquanto que os objetos simples assumiriam a forma lógica do mundo. Nesse caso – e é o que, em breve, perguntaremos – se há somente uma única forma lógica, para a linguagem e para o mundo, como pode haver duas substâncias, e logo de natureza tão distintas? Eis a tese que defenderemos: há somente uma substância lógico-transcendental para proposição e fato, sendo os nomes componentes da figuração, elementos factuais. Para efeito de análise, chamaremos nossa tese de *argumento B*, enquanto que trataremos o argumento que concebe os nomes como elementos transcendentais, tão somente, por *argumento A*.

Argumento A: são os nomes transcendentais

Este argumento parte da idéia de que existem duas naturezas de forma lógica: a forma lógica da linguagem e a forma lógica do mundo. A primeira consiste nos nomes; a segunda consiste nos objetos simples. Sabemos da inefabilidade da forma lógica no *Tractatus*, por conseguinte, o argumento em questão atribui um mesmo estatuto aos nomes e aos objetos simples, qual seja: são ambos transcendentais, estão assim fora do mundo, em condição idêntica a tudo que se mostra inefável. Em verdade, o argumento da transcendentalidade dos nomes avança para além dessa idéia, apoiando-se em

63 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.26, p.153.

passagens do *Tractatus* que afirmam a indivisibilidade dos nomes: “o nome não pode mais ser desmembrado por meio de uma definição: é um sinal primitivo”;⁶⁴ “Nomes não *podem* ser dissecados por definições”.⁶⁵ Essas passagens esclarecem que os nomes são os elementos últimos da proposição, portanto não mais sujeitos a dissecação promovida pela análise da linguagem.

Nesses termos, segundo este argumento, os nomes seriam a substância inefável da linguagem, compondo, portanto, a sua forma lógica. Posto isso, caso estejamos diante de argumentos suficientes para afirmação da transcendentalidade dos nomes, parece natural acreditar em uma paridade igualmente transcendental entre nome e objeto, suportada pelo aforismo 3.21, conforme acredita A: “à configuração dos sinais simples no sinal proposicional corresponde a configuração dos objetos na situação”.⁶⁶ Assim, o aforismo 3.21, ao expressar a relação de paridade entre nome e objeto, necessária à produção do sentido de uma proposição, poderia, segundo o argumento A, inspirar a seguinte tese: se os objetos na situação são obviamente transcendentais, logo a paridade entre nome e objeto lógico deve instalar-se em um mesmo nível, o nível transcendental.

Ainda que a suposta natureza transcendental dos nomes não seja claramente mencionada no aforismo 3.21, suponhamos que seja o argumento A verdadeiro e que sua leitura do 3.21 seja coerente e natural. Em decorrência disso, teríamos, derivadamente, a seguinte compreensão da correlação – paridade – entre linguagem e mundo: às proposições complexas, existentes no nível fático, correspondem os fatos, igualmente complexos. À cada proposição elementar – unidades que compõem a proposição complexa – corresponderia um fato atômico, aquela unidade fática que, juntamente às outras unidades fáticas, comporiam a complexidade do fato. As proposições complexas, uma vez dissecadas logicamente, resultariam em proposições elementares que, uma vez analisadas, definir-se-iam arranjos de nomes. Os nomes estariam em relação de paridade com os objetos da situação, respeitando, assim, a idéia

64 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.26, p.153.

65 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.261, p.153.

66 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.21, p.151.

de que situações não podem ser nomeadas, pareando, assim, o simples com o simples.⁶⁷ Com isso, o argumento A apresenta um possível paralelismo entre os elementos da proposição e os elementos do fato que ela descreve, estabelecendo, por sua vez, dois níveis distintos de paridade: o nível fático e o nível transcendental. No nível fático encontramos os complexos: as proposições complexas, arranjos de proposições elementares ou atômicas; e os fatos complexos, arranjos de fatos elementares ou atômicos. No nível transcendental, temos os nomes e os objetos simples como a condição de possibilidade, respectivamente, da linguagem e do mundo:

O paralelismo entre linguagem e mundo permite uma série de definições simétricas: a linguagem é a totalidade das proposições possíveis, enquanto a realidade é a totalidade dos estados de coisas possíveis; a ciência natural é a totalidade das proposições verdadeiras, enquanto o mundo é a totalidade dos estados de coisas existentes. Os seguintes resultados simétricos também são permitidos: uma proposição complexa se reduz a uma articulação lógica de proposições atômicas, enquanto um fato complexo se reduz a uma articulação lógica de fatos atômicos; uma proposição atômica se reduz aos signos simples que a constituem, enquanto um fato atômico se reduz aos objetos simples que o constituem; a forma lógica da linguagem e da ciência já está contida *a priori* na forma lógica dos signos simples, enquanto a forma lógica da realidade e do mundo já está contida *a priori* na forma lógica dos objetos simples; os signos simples formam a substância da linguagem, enquanto os objetos simples constituem a substância do mundo. Desse modo, apesar de não termos acesso direto a proposições elementares e seus respectivos signos simples, ou a fatos atômicos e seus respectivos objetos simples, todos constituem condições transcendentais de possibilidade da linguagem e da realidade.⁶⁸

Como se pode ver, o argumento acima agrupa suas defesas em torno de uma singular concepção da isomorfia entre linguagem e mundo, mantendo a paridade entre os elementos últimos da proposição e os elementos últimos do fato no nível transcendental. Isso posto, pensemos o problema que logo surge ante tal interpretação: deve a paridade entre linguagem e fato ir além dos limites da contingência, invadindo assim o espaço lógico? Em outras palavras, deve haver pares de elementos transcendentais no campo da

67 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 3.144, p.151.

68 MARGUTTI, Paulo. O Tractatus de Wittgenstein como obra de iniciação, p.90.

substância lógica? Se a linguagem e o mundo partilham uma única substância, como pode haver matrizes lógicas distintas, significados lógicos distintos para a linguagem e para o mundo? Desse modo, o argumento A parece, ao deixar tais questões, contrariar a idéia de uma substância lógica única, ela comum à linguagem e ao mundo, tese que defenderemos no argumento seguinte, o argumento B.

Argumento B: são os nomes elementos factuais

Em contraste ao *argumento A*, o presente argumento parte da idéia de que são, os nomes, as unidades que comporiam as proposições elementares em plano lingüístico, portanto ainda no nível fático. O *argumento B* também se apóia na idéia de que a substância da linguagem e dos fatos é uma só, qual seja: o significado lógico transcendental da proposição, as coisas arranjadas numa situação. Elas, nesse sentido, proveriam a dizibilidade dos fatos, fornecendo através da estrutura do seu arranjo, a perfeita isomorfia entre proposição e fato. Assim, a condição de possibilidade da proposição descrever o que ela descreve seria, segundo *B*, tão somente a situação, certo arranjo de objetos transcendentais. Opondo-se ao *argumento A*, o *argumento B* discorda da idéia que apresenta substâncias distintas para a linguagem e mundo, creditando ao *argumento A* a promoção de certo inchaço do plano transcendental. Para o argumento *B*, *A* romperia com aquela simplicidade lógica, que ora municaria a diversidade de descrições e fatos, pois uma vez duplicada, assumiria imprópria complexidade, ela incongruente com a rarefeita – *esvaziada* – ontologia de mundo tramada no *Tractatus*. Contrariando *A*, o *argumento B* parte justamente dessa simplicidade ontológica, tornando-a necessária, como acreditamos também o *Tractatus* defender:

Ser um nome, *um elemento da figuração* [grifo meu] não é uma propriedade que algo possua apenas em sua relação com um nomeado, mas uma que ele possui no contexto de uma figuração e relativamente a uma interpretação. Assim, que os nomeados possam articular-se entre si *como os nomes se articulam na figuração*[grifo meu] é condição necessária para que esses nomes sejam nomes de seus

nomeados, tanto quanto é condição suficiente de significatividade da figuração.⁶⁹

No entanto, como em toda representação, deve haver algo que difira o distingua o diagrama e o fato diagramado – sem o que eles seriam um só. O que há de diferente neles são os termos da relação espacial que lhes é comum: a cada termo dessa relação no diagrama - a cada *elemento da figuração*,⁷⁰ no vocabulário de Wittgenstein – corresponde um termo, diferente dele, da mesma relação no fato diagramado – elemento do fato; a relação articula entre si os elementos da figuração do mesmo modo como articula entre si os elementos do fato afigurado.⁷¹

A idéia de que são os nomes “elementos da figuração”, claramente expressa nos trechos acima, parece corroborar o pensamento de *B* acerca do estatuto dos nomes na nomeação. O apoio expresso nos trechos transcritos poderia então ser assim sistematizado: I) no *Tractatus*, a figuração é um fato; II) A proposição é uma figuração, logo também um fato;⁷² III) Sabemos que uma figuração *a priori* não existe: a figuração *deve* ser bipolar, deve poder ser verdadeira ou falsa;⁷³ IV) se a proposição instala-se em campo *a posteriori*, seus elementos *devem*, nesse sentido, posicionar-se em campo de mesmo estatuto, logo devem se instalar no campo factual:

Do lado da linguagem o nível fundamental é um repertório fixo de nomes (*Namen*), cada qual associado a um determinado objeto de tal modo que ele se torna o representante, na linguagem, desse objeto. Os nomes determinam igualmente uma rede de combinações definidas pela sintaxe lógica da linguagem, e cada combinação admissível de nomes constitui uma proposição elementar (*Elementarsatz*) da linguagem. O fato de que certos nomes estejam combinados em uma proposição elementar representa, então, que os objetos designados por esses nomes estão combinados em um fato atômico.⁷⁴

Assim sendo, a estrutura da situação é a única condição de possibilidade para a linguagem, assim como para o mundo. Ela é projetada na proposição e no fato de forma

69 SANTOS, Luiz Henrique L. dos. A essência da proposição e a essência do mundo, p.66.

70 Grifo meu.

71 SANTOS, Luiz Henrique L. dos. A essência da proposição e a essência do mundo, p.62.

72 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.141, p.143.

73 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 2.225, p.147.

74 MARQUES, José Oscar de A. Espaço e tempo no *Tractatus* de Wittgenstein, p.2.

idêntica, permitindo assim que o fato seja descrito pela linguagem; que, em certa medida, um seja uma figuração do outro. Em outros termos, a situação proveria a estrutura da linguagem, assim como proveria a estrutura do fato – ambas partilhariam uma mesma estrutura organizada por uma única substância lógico-transcendental: os objetos simples dispostos de certa maneira, de modo a assumir certa forma, então lógica e inefável.

1.4 A análise da linguagem e a revelação mística

A idéia de que as proposições significativas, em casos excepcionais, poderiam envolver necessidade, mesmo no *Tractatus* não é de todo clara. Apesar da defesa da impossibilidade de uma sobreposição entre o significativo e o necessário ser ostensivamente formulada no *Tractatus*, e também na *Conferência sobre ética*, algumas proposições significativas soariam desafiadoras, pois arredias ao princípio que opõe lógica e linguagem. O aforismo 6.3751,⁷⁵ caso lido em conjunto com o texto *Algumas observações sobre forma lógica*, aponta o surgimento do problema em questão. Levando-se em consideração 6.3751, proposições como “Isto é verde e isto é vermelho”, a princípio significativas, parecem logo atentar contra o princípio da autonomia das elementares, que asseguraria que proposições atômicas possam combinar-se sem que isso implique restrições ou interdições.

Em *Algumas observações sobre forma lógica*,⁷⁶ Wittgenstein propõe uma solução estranha para a análise de certas estruturas estranhas: proposições que envolveriam necessidade. A proposição "isto é verde e isto é vermelho", por exemplo, flagraria-se claro atentado contra a bipolaridade dos enunciados significativos, uma vez que negaria o princípio de independência entre as elementares. Ao tentar resolver tal enigma, Wittgenstein apela para uma análise posterior da linguagem, cabendo ao filósofo consultar os fenômenos. A empiria, assim, definiria, em casos especiais, quais

75 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p.275.

76 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Algumas observações sobre forma lógica*. Manuscrito, 1995.

proposições seriam, afinal, bem formadas ou não. A solução tractatiana para esse enigma certamente diria que nomes como "vermelho" e "verde" são, em verdade, complexos, cabendo ainda proceder sua análise. Ao seu modo, este argumento finalmente explicaria como a estranha proposição "isto é verde e isto é vermelho" não poderia representar qualquer atentado contra lei lógica da independência das elementares. Em *Algumas observações sobre forma lógica*, Wittgenstein mostra que a impossibilidade de combinação de proposições elementares dependeria de uma conformidade da lógica da linguagem à forma do mundo, a forma dos fatos; em outras palavras, a lógica, em alguma medida, poderia subordinar-se aos fenômenos.

É por certo estranho que Wittgenstein, em *Algumas observações sobre forma lógica*, proponha a subordinação da multiplicidade lógica de enunciados, em casos muito especiais, a uma inspeção fenomenológica do mundo. Tal idéia contraria o *Tractatus* na medida em que uma inspeção dessa natureza poderia justificar a impossibilidade de enunciados como "isto é verde e isto é azul". O repúdio a uma inspeção fenomenológica, que ampare a decisão lógica, pode bem ser expresso no seguinte trecho do *Tractatus*: "Nosso princípio básico é que toda questão que se possa decidir de imediato. (e se chegamos à situação de ter que olhar o mundo para solucionar um tal problema, isso mostra que seguimos uma trilha errada por princípio.) "A experiência" de que precisamos para entender a lógica não é a de que algo está assim e assim, mas a de que algo é: mas isso não é experiência".⁷⁷ Como está impresso no *Tractatus*, proposições elementares podem ser sempre combinadas, de modo a formarem complexos, sem quaisquer restrições ou impedimentos de natureza fenomenológica. "É um sinal da proposição elementar que nenhuma proposição elementar esteja em contradição com ela."⁷⁸ Ainda segundo o *Tractatus*, o casual não pode interferir nos assuntos da lógica, a saber: o provimento do necessário, do essencial à linguagem, em lugar anterior.

77 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 5.551, 5.552, p.241.

78 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.211, p.189.

Em *Algumas observações sobre forma lógica*, texto logo renegado por sua fraqueza e tom extraordinário, Wittgenstein afirma que toda proposição tem “um conteúdo e uma forma”.⁷⁹ Aparentemente, a afirmação de que toda proposição tenha afinal uma “forma” parece, de imediato, pouco acrescentar; parece enunciar algo, em grande medida, demasiado óbvio. Entretanto, a noção de forma wittgensteiniana, a qual faz alusão o texto de 29, em nada se confunde com aquela idéia de forma proposicional corriqueira como a *sujeito-predicado*, por exemplo. Assim, de modo a distinguir sua noção de forma proposicional das idéias de forma proposicional mais triviais, Wittgenstein elabora um contraste sofisticado, e muitas vezes relutante a uma leitura acidental, de circunstância: faz contrastar a noção de *mostrar* em oposição à noção de *dizer*.

Compreender tais opostos é, pois, tarefa urgente àquele que visa “agarrar em sua inteireza um livro que, afinal, desdenha de mínimos cuidados com o leitor, como se composto de anotações inteligíveis apenas para quem já pôde estar nos mesmos lugares de pensamento”.⁸⁰ Apesar de não “haver um caminho claro de acesso a qualquer obra de filosofia”⁸¹ – e todas as obras filosóficas de certa forma imporem suas próprias dificuldades – o *Tractatus* parece exceder sobremaneira a máxima fazendo-a “valer com muito mais força para esse livro nada trivial”.⁸² Por outro lado, e é o que pensamos, caso promovida uma leitura da obra, ela apurada no pormenor, conseqüentemente marcada pelo conhecimento da estranha estrutura sobre a qual se arma o livro – ela mesma um de seus mistérios – pode-se mais claramente compreender o asfíxiante e complexo projeto tractatiano traçado para a filosofia.

A estrutura do *Tractatus* parece assim destinar lugar de leitura privilegiado ao seu leitor. Tal lugar poderia ser ocupado, como adverte seu prefácio, somente por “quem já tenha alguma vez pensado por si próprio o que nele vem expresso – ou, pelo menos, algo

79 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Algumas observações sobre forma lógica*, p.39.

80 SALLES, João Carlos. Uma quase resenha de *A Experiência Indizível*, Seção 1.

81 SALLES, João Carlos. Uma quase resenha de *A Experiência Indizível*, Seção 1.

82 SALLES, João Carlos. Uma quase resenha de *A Experiência Indizível*, Seção 1.

semelhante”;⁸³ somente por quem não toma o livro como um manual.⁸⁴ Esse lugar excepcional deixaria ver o mundo corretamente, logo que o leitor abandona a escada que lhe servira de transporte;⁸⁵ logo que abandona, portanto, a própria linguagem (notadamente as suas pseudoproposições).⁸⁶ Porém, o abandono somente é possível se o leitor as tomar em conjunto, conhecendo seu fim comum, tal como as peças de um móbile que, dispostas em planos distintos, recuperam sua unidade no fio que une a instalação ao teto.⁸⁷ Os aforismos do *Tractatus* são, assim, essencialmente insaturados, na medida que cada um deles solicita os demais, de modo a encontrar, no outro, mesmo distante, sua melhor expressão. Em conjunto, os aforismos deixam ver, como aquele experimento fotográfico de Galton, aquilo que todos buscam individualmente significar.⁸⁸ Assim, sobrepostos, realçariam a forma lógica da linguagem tramada a partir da concatenação de certos objetos logicamente simples na situação. Esse significado instala-se como condição para o dizível, ao tempo que não poderia, ele mesmo, ser dito; tal significado somente poderia se mostrar através da estrutura mais interna da linguagem, no emprego dos seus sinais.⁸⁹

Segundo o *Tractatus*, o significado da linguagem poderia ser realçado, se o leitor empreendesse a análise de certa estrutura mais profunda da proposição, qual seja: sua forma lógica. Essa análise evidenciaria uma estrutura de natureza lógica que traçaria os limites do mundo – também os limites da linguagem – uma vez que circunscreveria tudo o que pode ser dito em um espaço lógico, onde todos os fatos seriam, pois, eventos seus. Fora desses limites, onde não mais se pode conferir significado ao que se diz residiria o ético, o estético, também o místico. Todavia, a descoberta desses limites somente é possível, caso o leitor atravessasse as pseudoproposições, impressas no

83 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio, p.131.

84 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio, p.131.

85 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.54, p.281.

86 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 7, p.281.

87 Devemos essa nossa idéia de que o *Tractatus* armar-se-ia tal como um móbile ao Prof. João Carlos Salles, ela retirada do texto *Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias*, p.109.

88 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.216.

89 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.262, p.153.

Tractatus, como quem passeia os olhos numa instalação suspensa, tomando conhecimento de cada peça e de suas muitas relações, em diversos planos possíveis.⁹⁰

Essa síntese, fundada no conhecimento da estrutura do livro, tem como consequência um movimento final um tanto paradoxal. O leitor deve abandonar a estrutura que lhe servira de escada ao reconhecê-la como evidente contra-senso, após ter “escalado através delas – por elas – para além delas”;⁹¹ deve o leitor, portanto, “jogar fora a escada após ter subido por ela”.⁹² Essa experiência, que finalmente desloca o leitor-filósofo para além dos limites do mundo, onde a linguagem nada mais pode descrever, constitui o epílogo da análise tractatiana da estrutura da proposição, circunstâncias adequadas ao silêncio místico.

Contrariando seu aforismo final, o *Tractatus* parece sempre estar às voltas com a enunciação de algo essencial, de algo ético.⁹³ Desse modo, suas proposições parecem logo aderir àquilo que sua própria filosofia radicalmente condena: parecem meros sem sentido dispensáveis, exemplos de como poderíamos mal utilizar nossa linguagem, dado a incompreensão de sua lógica.⁹⁴ Entretanto, os aforismos do *Tractatus*, bem se sabe, longe da promoção de qualquer infração lógica – uma vez pois apoiados na legalidade estabelecida pela clara oposição entre *dizer* e *mostrar* – firmam-se enunciados esclarecedores, úteis à análise da linguagem, longe de causar confusões filosóficas, e mesmo ilusões.⁹⁵ Os aforismos buscariam portanto esclarecer como a lógica asseguraria

90 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.54, p.281.

91 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.54, p.281.

92 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.54, p.281.

93 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 7, p.281.

94 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio, p.131.

95 Em A terapia metafísica do *Tractatus* de Wittgenstein (2001), Alexandre Noronha Machado alerta que alguns leitores do *Tractatus* apontam o resultado da escalada mística como uma ilusão provocada por Wittgenstein. Segundo essa idéia, Wittgenstein criaria em seus leitores a ilusão de que suas proposições revelariam algo ao fim da sua análise lógica, sendo, em verdade, uma ilusão de apreensão: “O *Tractatus* é uma espécie de armadilha na qual somos levados inicialmente a sofrer a ilusão de entendimento de determinadas sentenças e a ilusão de extrair as consequências lógicas do que é dito com essas sentenças” (p.5). Segundo Noronha, Hacker afirma que as proposições do *Tractatus*, apesar de claros atentados ao silêncio lógico, constituem, em verdade, absurdos esclarecedores, assim úteis à análise da linguagem. Ainda para Hacker, as proposições do *Tractatus* se assegurariam providenciais, uma vez que outros absurdos lingüístico confundiriam como, por

a dizibilidade dos fatos, impedindo que algo de absoluto seja de alguma forma enunciado. É, pois, nesse sentido que não podemos falar da existência de proposições éticas no *Tractatus*.

Em sentido estrito, seus aforismos nada dizem acerca do absoluto, pois apenas mostram o essencial. As proposições do *Tractatus* encerram assim, em sua própria estrutura, uma analogia singular, não podendo ela mesma ser enunciada por meio de outras proposições. Essa analogia – ou mesmo isomorfia – somente pode ser *mostrada* através da estrutura da proposição, como reflexo de estrutura anterior, ela lógica e transcendental. Desse modo, a proposição tractatiana *mostra* a analogia que porta; no caso da proposição significativa, do contrário, ela termina por *dizer* sua analogia, dado que símile de outra proposição;⁹⁶ se uma proposição tenta dizer o que apenas ela pode mostrar, logo se firmam claro contra-senso.

A análise da linguagem, se executada de modo a desfazer os equívocos corriqueiros provocados por filósofos que mal entenderam sua lógica,⁹⁷ faz desvelar, como conseqüência, certo horizonte onde todas as possibilidades de mundo repousam latentes, qual seja: o mundo visto *sub specie aeterni*⁹⁸. Dessa forma, o *Tractatus* assume-se um traçado argumentativo que conduz o leitor – caso tenha pensado os mesmos problemas que pensara Wittgenstein⁹⁹ – rumo ao inefável, fazendo com que ele ultrapasse certo limite traçado na própria linguagem.¹⁰⁰ Nesse caso, o grupo de aforismos 2.1 - 2.225 parece revelar o produto secretado ao cabo da obra: o caminho rumo a visão de mundo correta. Tal caminho consiste no conhecimento das regras de aproximação da

exemplo, “Sócrates é idêntico” (5.473), neste caso, uma mistura de palavras.

96 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.222.

97 Ver WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 4.003, p.165: “A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contra-sensos. Por isso, não podemos de modo algum responder a questões dessa espécie, mas apenas estebelecer seu caráter de contra-senso. A maioria das questões e proposições dos filósofos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem. (São a mesma espécie que a questão de saber se o bem é mais ou menos idêntico ao belo.) E não é de admirar que os problemas mais profundos não sejam propriamente problemas”.

98 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.45, p.279.

99 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio, p.131.

100 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, Prefácio, p.131.

linguagem rumo à realidade provida de uma estrutura lógica e fixa, ela mesma indizível. Portanto, a teoria pictórica elucidada *como* a linguagem pode, enfim, lançar suas antenas rumo à realidade, tocando, dessa forma, seus pontos mais externos. Em outros termos, como a linguagem pode dizer o mundo. Essa imagem, para além de traduzir, de forma outra, o caminho das pedras para a visão do mundo correta estabeleceria a legislação necessária ao alcance do silêncio.

Ele é levado a concluir que as "proposições" da obra, ao descreverem as condições de possibilidade de nossa linguagem, não podem ser consideradas autênticas: elas envolvem uma estranha forma de circularidade, pois pretendem descrever as condições de possibilidade de todo descrever. Desrespeitam a lógica da linguagem e contrasensos. Mesmo assim, têm alguma utilidade no processo de clarificação, pois temos de vencer tais "proposições" para ver o mundo de maneira correta.¹⁰¹

Tais pedras são, portanto, as regras de aproximação da linguagem rumo à realidade, provida de uma estrutura lógica e fixa, metálica e cristalina, ela mesma indizível. A noção pictórica da linguagem dá conta, portanto, do *como* a linguagem, uma vez que traz consigo o rastro – o ranço – do lógico, pode, enfim, lançar suas antenas rumo à realidade, tocando, dessa forma, seus pontos mais externos. Essa imagem, para além de traduzir, de forma outra, o caminho para a visão do mundo correta, a mesma de quem o intui *sub specie aeterni*, estabelece toda uma legislação para se alcançar o silêncio. O grupo de aforismos 2.1 a 2.225, assim, solapa o livro no todo, assim como pode fazê-lo cada grupo de aforismos do *Tractatus*, ou ainda cada peça do móbile, uma vez que sabemos de sua necessária e tensa condição, qual seja: sua saturação e insaturação.

Desse modo, no *Tractatus*, o inefável não poderia mais ser uma secreção tardia, logo dispensável, produto de devaneios místicos ou de uma fé que tudo recobriria. O inefável, longe de ser um recurso *post factum*, se estabeleceria em comércio com pontos essenciais da trama do livro, como é o caso, por exemplo, da noção de forma lógica.¹⁰²

101 PINTO, Paulo R. M. Iniciação ao silêncio, p.276.

102 PINTO, Paulo R. M. Iniciação ao silêncio, p.339. “A escada não é o topo e pode ser abandonada após

Posto isso, o inefável não pode ser senão o *que* na linguagem se *mostra*; aquilo que os limites do lingüístico em caso algum poderiam solapar. O itinerário da análise interna da linguagem revela, desse modo, aquela estrutura comum entre linguagem e mundo; o que, enquanto condição lógica da significação, torna possível que o lingüístico possa bem amoldar-se aos fatos; revela, portanto, a forma lógica de afiguração.

Uma vez empreendida essa análise da linguagem, por ela, através dela, se deve então ver o mundo corretamente. Essa visão, assim como aquela que intui o mundo como totalidade limitada, desvela o significado lógico de todas as proposições, aquilo que a proposição não pode exprimir. Nessa medida, aquele complemento supostamente tardio ou mesmo uma herança filosófica mal digerida, pode, agora, atravessar todo o livro,¹⁰³ ao conferir à análise lógica da linguagem a sua real finalidade: evitar o mau entendimento de nossa linguagem, mostrando que o que pode ser dito pode ser dito claramente e que o lingüístico não pode dar conta, de modo algum, do que está *fora* do mundo: seja o ético, seja o estético ou o místico. Assim sendo, a forma lógica de afiguração seria aquela regra geral por meio da qual toda regra pode, enfim, ser aplicada; sem ela, no entanto, não se poderia ordenar o casual, o que, *no* mundo, se engaiola. Por outro lado, a aplicação da lógica, que envolveria o cotejo da proposição com o mundo, é de toda uma tarefa que caberia à ciência.¹⁰⁴ E, como sabemos, a filosofia, aos olhos de Wittgenstein, pode senão se situar acima ou abaixo da ciência, jamais ao seu lado.

usada. Assim, embora seja certo que as proposições do Tractatus constituam uma transgressão contra a lógica da linguagem, é também certo que essa transgressão tem contrapartida benéfica de ser necessária para possibilitar a visão correta de mundo. Trata-se de uma transgressão inevitável e útil que, em termos argumentativos, pode ser traduzida como autofagia válida”.

103 “A diferença entre aquilo que pode ser dito em proposições dotadas de significado e aquilo que só pode ser mostrado perpassa o Tractatus, desde o Prefácio até o momento da célebre advertência final: ‘Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar’. Em carta a Russell, Wittgenstein afirmou que essa diferença constitui o ‘ponto essencial do livro’ e o ‘problema central da filosofia’ (RUL 19.8.19). Em carta a von Ficker (FL 10./11.19), declarou que o Tractatus ‘consiste em duas partes: a parte que aqui está e tudo aquilo que não escrevi. E é justamente essa segunda parte a importante. Pois o Ético se delimita de dentro para fora... por meu livro; e estou convencido de que, a rigor, SOMENTE assim pode ser delimitado’ (GLOCK, Hans-Johann. Dicionário Wittgenstein. Verbete dizer/mostrar, p.129).

104 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 6.36, p.271.

Capítulo II

Além dos limites da linguagem

Não há proposições que, em qualquer sentido absoluto, sejam sublimes, importantes ou triviais (*Tractatus*).

2.1 Considerações iniciais

No capítulo anterior, tratamos dos limites do domínio do dizível – uma vez traçado dentro da própria linguagem – encenando como pode o lingüístico dizer o mundo claramente, como pode ele legalmente amoldar-se aos fatos. Para tanto, o procedimento de exame da estrutura da proposição deve, segundo o *Tractatus*, revelar – espelhar – a condição de possibilidade da dizibilidade dos fatos: o *que*, na proposição, *mostra-se*. Tratamos, portanto, das regras que permitem as partes mais elementares de uma proposição – os *nomes* – poderem constituir as fronteiras últimas da linguagem em relação ao espaço lógico, demarcando, assim, os limites entre contingência e necessidade. Também enfatizamos o caráter inefável da forma lógica, uma vez que o *Tractatus* circunscreve o significado dos elementos últimos da proposição no campo da necessidade, ele mesmo transcendental. Buscamos, desse modo, antecipar os últimos aforismos do *Tractatus*, notadamente o aforismo 6.13 – “a lógica não é uma teoria, mas uma imagem especular do mundo: a lógica é transcendental” – relacionando a forma lógica de afiguração e o tema do místico.¹⁰⁵ Partindo da análise do texto *Conferência sobre ética*, mostraremos, neste capítulo, que tais conceitos se integram estreitamente, logo partilhando um mesmo estatuto transcendental, tal como é assumido na anotação

105 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, p.261.

de Wittgenstein de 21 de julho de 1916: "A ética não trata do mundo. A ética tem de ser uma condição do mundo, como a lógica".¹⁰⁶

2.2 A significação e o ético

Tratando-se de um móbile, o *Tractatus* de Wittgenstein permite uma série de espelhamentos. É certo que o *Tractatus*, dada sua estrutura mais superficial, a numeração ascendente, parece não revelar, pelo menos de imediato, o movimento frenético de sua verdadeira trama – esse frenesi de oposições que se complementam. O estabelecimento dos limites da linguagem, eles vez encerrados dentro da sua própria estrutura, espelha, como contraponto, o campo do místico, o campo do ético. Seguindo percurso inverso, se investigada a ética, portanto o seu estatuto, teríamos como resultado dessa investida os domínios do dizível: a totalidade das proposições com sentido. Desse modo, o *Tractatus* assume uma estrutura pouco usual, convidando-nos à revelação de seu maior contraponto, seu maior espelhamento, aquele livro não escrito, suposto texto que, uma vez realizado, destruiria todos os livros ora escritos¹⁰⁷; fala-se de um contrasenso, fala-se, portanto, do livro da ética. O conteúdo profano desse livro – que muito se assemelharia ao conteúdo que impele o *Tractatus* a cometer aparente delito lógico – é, se não, a revelação sempre subjacente a cada aforismo do *Tractatus*; em plano maior, sua finalidade: espelhar o inefável.

Na *Conferência sobre ética*,¹⁰⁸ texto considerado complementar à seção mística do *Tractatus*, Wittgenstein parece retomar algumas questões as quais se ocupavam os últimos aforismos tractatianos. O tratamento ofertado a essas questões, no entanto, dada a evolução dos argumentos, parecem não mais carregar, pelo menos ostensivamente, aquele tom enigmático próprio das últimas páginas do *Tractatus*. No entanto, a ausência

106 WITTGENSTEIN, Ludwig. Cadernos, p.114.

107 Ver WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.219: "Se um homem pudesse escrever um livro de Ética que realmente fosse um livro de Ética, este livro destruiria, com uma explosão, todos os demais livros do mundo. Nossas palavras, usadas tal como o fazemos na ciência, são recipientes capazes somente de conter e transmitir significado e sentido naturais".

108 Originalmente publicado em 1929.

do tom esquivo, que caracteriza a parte derradeira do *Tractatus*, não significa, na *Conferência*, uma simplificação do tratamento imposto ao tema do místico, tampouco indica que Wittgenstein ao redigir o final do *Tractatus* poderia tê-lo feito sem fazer uso de discurso estranho a “parte lógica” da obra. Nesse caso, a *Conferência sobre ética*, ao tratar dos mesmos temas que ora ocuparam a parte mística do *Tractatus*, exhibe, apesar do uso de linguagem mais clara e pouco cifrada, as mesmas dificuldades ulteriores ao *Tractatus*, reafirmando – e aí está o essencial – o abandono da linguagem se se tenta expressar o absoluto; o abandono da linguagem diante do que não se pode falar. Nesse caso, *Tractatus* e *Conferência* se aproximam na medida em que vigorosamente afirmam que o produto da atividade filosófica não pode ser formulado linguisticamente: cabe à filosofia o esclarecimento lógico de nossa linguagem revelando o que através dela se mostra inexprimível.

Em contraste com o *Tractatus*, Wittgenstein em sua *Conferência*, analisa algumas proposições visando comprometer, através de exemplos, certos usos inadequados de nossa linguagem.¹⁰⁹ Dentre eles, destaca-se a confusão entre *sentido relativo* e *sentido absoluto* de uma proposição. O percurso metodológico, ora utilizado por Wittgenstein, mostra a sua audiência duas coisas: todo sentido de um enunciado sobre fatos é, evidentemente, relativo; e todo sentido absoluto, se expresso proposicionalmente, é, pois, um absurdo, mero contrasenso, um desejo nosso de dizer algo que a lógica de nossa linguagem impediria. Durante sua exposição, Wittgenstein alerta, portanto, sua audiência sobre os possíveis equívocos produzidos se forçamos a linguagem cumprir expedientes estranhos ao seu estatuto, se a forçamos dizer o que sua estrutura deve tão

109 Considera-se a Conferência sobre ética aquele texto onde Wittgenstein antecipa a nova forma de análise da linguagem. Ao tomar proposições singulares como exemplo e as examinar, Wittgenstein parece se afastar da recusa em oferecer exemplos de proposições em suas elucidações: "E para que vejam da forma mais clara possível o que considero o objeto da ética, vou apresentar antes várias expressões mais ou menos sinônimas, cada uma das quais poderia substituir a definição anterior e ao enumerá-las pretendo obter o mesmo tipo de efeito que Galton obteve quando colocou na mesma placa várias fotografias de diferentes rostos com o fim de obter a imagem dos traços típicos que todos eles compartilham. Mostrando essa fotografia coletiva, poderei fazer ver qual é o típico - digamos - rosto chinês. Deste modo, se vocês olharem através da série de sinônimos que vou apresentar, serão capazes de, espero, ver os traços característicos que todos têm em comum e que são característicos da ética".

somente mostrar. Essa atitude levaria a produção de contrasensos, infrações motivadas pelo mau entendimento da lógica de nossa linguagem.

2.3 Sentido relativo e sentido absoluto de uma proposição

Uno de los erros más graves de los tiempos pasados consistió en haber creído que el sentido auténtico y el contenido final tenían que formulase a su vez em enunciados, esto es, que podían ser representados por medio de conocimientos. Este fue el error de la “metafísica”. Los esfuerzos de los metafísicos se dirigiánsiempre a la absurda finalidad de expresar el contenido de la cualidad pura (la “esencia” de las cosas) mediante conocimientos, de expresar o lo inexpresable. Las cualidades no pueden “decirse”. Sólo pueden mostrarse em la vivencia.¹¹⁰

Tome-se a proposição “Esta é a estrada correta para Granchester”.¹¹¹ O que ela enuncia pode bem ser bem expresso nesta outra proposição: “Esta é a estrada correta que debes tomar se queres chegar a Granchester no menor tempo possível”.¹¹² De igual modo, a proposição “Este homem é um bom corredor”¹¹³ pode ser enunciada, doutra forma, na seguinte proposição: “Este homem corre um certo número de quilômetros num certo número de minutos, etc”.¹¹⁴ Assim, as proposições “Esta é a estrada correta para Granchester” e “Este homem é um bom corredor” podem assumir-se, de forma outra, um novo enunciado sobre fatos, uma proposição, de certa forma, análoga à primeira. Unidos desses exemplos, Wittgenstein formula a principal tese defendida na sua *Conferência sobre ética*: todo *juízo de valor relativo* é, em verdade, “um mero enunciado de fatos e, portanto, pode ser expresso de tal forma que perca toda a aparência de juízo de valor”.¹¹⁵ Essa idéia contraria, logo de partida, certa expectativa de que alguma, dentre as proposições acima, pudesse expressar – ou de alguma forma enunciasse – algo absoluto ou ético.

110 SCHLICK, Moritz. El viraje de la filosofía, 1965, p.63.

111 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.217.

112 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.217.

113 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.217.

114 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.217.

115 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.217.

Segue-se outro exemplo: quando digo “Sinto-me totalmente seguro”¹¹⁶ posso igualmente formular essa proposição da seguinte forma: “sinto-me seguro em minha sala, já que não pode atropelar-me um ônibus”.¹¹⁷ Nesse caso, com a expressão “sentir-me seguro”, assegura Wittgenstein, quero afinal dizer: “que é fisicamente impossível que certas coisas possam ocorrer-me”.¹¹⁸ Assim, todo *enunciado significativo* pode ser representado – *figurado* – doutra forma, tal como um enunciado sobre fatos, mesmo que pareça enunciar algo de absoluto, seja com expressões do tipo “bom corredor” ou “estrada correta”. Todavia, que quero dizer quando afirmo: “Assombro-me ante a existência do mundo”¹¹⁹ ou “Que extraordinário que o mundo exista!”,¹²⁰ ou ainda, “Que extraordinário que as coisas existam!”?¹²¹

O enunciado “Assombro-me com a inexistência do mundo”, assim como nos exemplos anteriores, pode ser novamente apresentado como um enunciado sobre fatos? Posso eu assombra-me com a não existência do mundo? Vejamos. Que a “estrada correta” seja correta pode ser em razão da segurança que ela oferece, pela pequena distância a ser percorrida através dela. Contudo, ao dizer “Assombro-me com a existência do mundo” que quero, por fim, expressar? Responde Wittgenstein: quero dizer nada; uso minha linguagem incorretamente se tento expressar um juízo de valor absoluto. Desse modo, o enunciado “Assombro-me com a existência do mundo” não pode ser um típico enunciado sobre fatos: todo enunciado que visa expressar *algo* para além do que seja o caso, *algo* não significativo, carece, pois, de sentido;¹²² trata-se de um mau uso da linguagem, notadamente, da expressão “assombro-me”; ocorrendo o mesmo no uso a palavra “seguro”.¹²³ Para Wittgenstein, nossos erros representam a vontade de significar algo absoluto, algo sobrenatural, instalado em expediente estranho ao lingüístico. A

116 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.221.

117 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.221.

118 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.221.

119 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.220.

120 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.220.

121 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.220.

122 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.224.

123 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.221.

vontade de ultrapassar os limites de nossa linguagem e paradoxalmente, ainda munidos dela, enunciar o que se encontra *fora* de seus limites.

Assim, *todo* enunciado sobre fatos, que expresse então juízos relativos, é, por conseguinte, um enunciado significativo, um enunciado científico: “a chamada lei da indução não pode, de modo algum, ser uma lei lógica, pois é manifestadamente uma proposição com sentido. – e por isso não pode tampouco ser uma lei *a priori*”.¹²⁴ Entretanto, todo enunciado que expresse – ou tente expressar – juízos absolutos é, nesses termos, mero contrasenso; significa que não foi conferido significado aos sinais nele utilizados: “O que faz o não casual não pode estar *no* mundo; do contrário, seria algo, por sua vez, casual. Deve estar fora do mundo. É por isso que tampouco pode haver proposições na ética: “O valor relativo não interessa à ética. Seu objeto é o valor absoluto, o que tem valor incondicionalmente, por si mesmo e não por outra coisa, e pode, nessa medida, fundamentar um juízo definitivo de valor”.¹²⁵ Proposições não podem exprimir nada de mais alto”.¹²⁶

De acordo com Wittgenstein, a linguagem, ao ser mal utilizada, pode produzir equívocos dessa ordem, pois a operamos através de *símbolos*.¹²⁷ “Assim, parece que quando a usamos, em sentido ético, a palavra correto, embora o que queiramos dizer não seja correto no seu sentido trivial é algo similar. Quando dizemos: “esse é um bom colega”, embora a palavra “bom” aqui não signifique o mesmo que na frase “Este é um bom jogador de futebol” parece haver similaridade”.¹²⁸ “Se posso descrever um fato mediante um símbolo”¹²⁹ como posso assim proceder com o enunciado “Assombro-me com a existência do mundo”? Como posso “ser capaz de abandoná-lo e descrever os fatos sem sua ajuda”?¹³⁰ A resposta expressa na *Conferência* é clara: não posso. Logo “aquilo que, num primeiro momento pareceu ser um símbolo, manifesta-se agora como

124 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 6.31, p.265.

125 SANTOS, Luiz Henrique L. dos Santos. A essência da proposição e a essência do mundo, p.107.

126 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 6.41-6.42, p.275.

127 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.221.

128 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.221-222.

129 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.222.

130 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.222.

um mero sem sentido”.¹³¹ Somente símiles tem sentido, pois se símiles são portanto símiles de algo. Desse modo, “Não podemos expressar o que queremos” quando digo “assombro-me diante da existência do mundo, pois o que dizemos carece de sentido: tentamos enunciar algo acerca do que se está *fora* do mundo. Consiste, nisso, o absoluto: o ético e o estético – “É claro que a ética não se deixa exprimir. A ética é transcendental. (Ética e estética são uma só.)”.¹³²

2.4 “Proposições éticas” e proposições científicas

Na ética, sentencia o *Tractatus*, não se pode nada enunciar: o enigma estaria fora do que pode ser dito. Desse modo, parece de todo estranha nossa tarefa: tratar de proposições éticas. Cabe, portanto, destarte, breve esclarecimento: tratamos, por certo, de proposições *pretensamente* éticas. Assim, falaremos de proposições que, ao buscarem enunciar o ético, assumir-se-iam contrasensos, pseudoproposições que destituídas de sentido causariam equívocos e confusões, longe de promoverem o esclarecimento dos problemas filosóficos:

Proposições descrevem “estados de coisas”. Uma proposição é clara quando ela corresponde, em primeiro lugar, às regras da lógica da linguagem e quando ela pode, em segundo lugar, ser compreendida de tal modo que se saiba o que é o caso se ela for verdadeira. Ambas as condições não são satisfeitas pelas ‘proposições’ éticas; elas são, como nos diz Wittgenstein, desprovidas de sentido na sua essência.¹³³

Essas confusões, se realizadas pela filosofia, denunciariam, portanto a má filosofia; aquela filosofia que se furtaria do uso do único método legítimo: “nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia”.¹³⁴ Paradoxalmente, sabemos que o *Tractatus* parece sempre estar às voltas com a enunciação de algo essencial, algo ético. Suas proposições, nesse

131 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.222.

132 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.421, p.277.

133 HALLER, Rudolf. A ética no pensamento de Wittgenstein, p.53.

134 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.53, p.281.

caso, pareceriam encaixar-se naquilo que ele próprio repudiaria: pareceriam meros paradoxos dispensáveis, portanto condenáveis. Todavia, suas proposições – suas pseudoproposições – uma vez apoiadas na legalidade estabelecida pela oposição entre *dizer* e *mostrar*, firmam-se, ao contrário, pseudoproposições esclarecedoras, enunciados elucidativos preocupados com a manutenção da licitude da atividade filosófica; enunciados preocupados em tornar os pensamentos claros, longe de torná-los turvos e indistintos. Portanto, podemos dizer: não há proposições éticas no *Tractatus*. Ao invés disso, há pseudoproposições que operam uma analogia em registro diferenciado: uma analogia que *mostra* – e assim não diz – o essencial, o ético. Ao mostrarem o ético, as proposições do *Tractatus* não se firmam como éticas, pois não dizem o que elas buscam expressar, buscam significar.

Mais estranho que falar em proposições éticas – logo proposições pretensamente éticas – é aproximá-las de proposições rigorosamente lícitas, em ordem; proposições que em nada violariam a legalidade lógica da linguagem, caso enunciadas. Falamos, nesses termos, das proposições da ciência: as proposições significativas. Ditas em ordem, as proposições da ciência gozam de legalidade estabelecida em campo anterior ao seu registro de atuação: ordenam-se sobre estrutura lógica transcendental. Esta estrutura confere significado – esse *a priori* – aos sinais simples de suas proposições tornando-as significativas; em outras palavras, sua estrutura reflete a tessitura lógica, esta comum também aos fatos descritos pela proposição. A relação de cada sinal da proposição com seu significado, relação necessária à produção de sentido, não é possível nas proposições pretensamente éticas. Logo, quando enunciadas, veríamos naturalmente, se intuíssemos o aspecto essencial e transcendental do sentido proposicional, que não se “conferiu significado a certos sinais”¹³⁵ do enunciado pretensamente ético. Isto seria suficiente para a renúncia à aplicação do único método “rigorosamente correto” a ser ensinado em filosofia.¹³⁶

135 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.53, p.281.

136 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.53, p.281.

Dito isso, em que medida podemos aproximar proposições que almejavam enunciar o ético – proposições mal formadas – e proposições científicas, portanto proposições bem formadas, tornando-as, em certa medida, familiares? Segue-se duas proposições: "Deus vive em mim" e "Um corpo cai por conta da gravidade". A proposição "Deus vive em mim" é notadamente uma proposição metafísica, enquanto a outra, obviamente, um enunciado tipicamente científico, tipicamente sobre fatos. Apesar da distinção evidente entre as duas proposições, posso ainda reuni-las de modo afirmar seu possível parentesco? A proposição "Deus vive em mim" enuncia, como vimos em casos semelhantes, algo que símiles outros, meros enunciados sobre fatos, não podem exprimir. Essa proposição, portanto, ultrapassaria o significativo e tentaria expressar o inefável, o ético. A proposição "Deus vive em mim" é, assim, assumido contrasenso. Todavia, não posso dizer que a proposição "Um corpo cai por conta da gravidade" é um contrasenso, pois, em ordem, aponta para a contingência. Logo, o que ela expressa pode ser expresso por proposições similares, também relativas a fatos, portanto símiles.

Entretanto, de partida afirmamos que elas em alguma medida seriam familiares. Que isto quer dizer? Vejamos: uma proposição ética, assumido contrasenso, não possui qualquer valor, constitui mero sem sentido, ilegalidade lingüística do ponto de vista lógico; uma proposição científica, como "Um corpo cai por conta da gravidade", ainda que conferido significado aos seus sinais, assim lícita logicamente, diz o *Tractatus*, não possui valor qualquer. Proposições científicas, como "Um corpo cai por conta da gravidade", são casuais, apontam para o casual, assumem-se parciais, nada expressam de essencial. Podemos logo dizer: proposições éticas e proposições científicas não possuem valor algum, se contrasensos ou não, são familiares por simplesmente serem subordinadas às mesmas regras que confinam todas proposição nos limites do mundo: nos dois casos, suas proposições portam limitação ontológica. O ilícito e o lícito, dessa forma, não invadem o campo próprio e exclusivo à lógica, campo do valor, campo do essencial. Assim posto, nossa ciência, ainda que expurgue a metafísica, e dela retire motivação para seu anedotário, termina por coincidir suas proposições com o alvo de sua crítica – dividindo com a metafísica, em certo sentido, um mesmo espaço, qual seja:

metafísica e ciência se expressam do mesmo modo, ocupam assim terreno de expressão exclusivamente lingüístico:

Em sua formulação declarativa, observa Wittgenstein, ele [o princípio da indução] é claramente uma proposição com sentido, dotada de condições de verdade e falsidade: afirma que as regularidades constatadas no passado e no presente existiram, existem e existirão no domínio total dos eventos, conhecidos e desconhecidos. A formulação em que interessa à ciência não é, porém, essa. É a formulação prescritiva, segundo a qual devemos aceitar como verdadeira a lei mais simples que seja compatível com nossa experiência.¹³⁷

A formulação prescritiva da ciência, se expressa o que seja o mundo, portanto o essencial, não passa de legislação inócua, rasa, pictórica, ela nada acrescenta ao que garante a ordem do mundo: “A resposta ao que pode ser interrogado não é capaz de ampliar o mundo dos felizes, assim como não pode dar conta da morte – isso exatamente que não se vive, que não é um evento da vida, e cujo enigma estaria fora do que pode ser dito, do que alguma ciência enunciável possa solucionar”.¹³⁸ Que a ciência prescreva a forma do mundo, que ela forneça enunciados prescritivos, só pode implicar a produção de contrasensos. O domínio do fixo, aquilo que perpetuaria, pois inegavelmente natural, no passado, no presente e nos casos futuros, a ciência não pode fixar, não pode dizer. O domínio do fixo pela ciência, isso, sim, se mostra uma ficção. O olhar científico, aquele que disseca a experiência e conhece sua legislação, não passa de grande ilusão: formas de leis não coincidem com leis; não posso enunciar "toda causa tem uma consequência"; uma lei não pode ser enunciada.

Nos limites desse microcosmo, onde a nossa linguagem não consegue mais ancorar-se nas coisas, situam-se os valores absolutos. [...] Estamos aqui no domínio mais pessoal da nossa vida, para o qual não existem perguntas científicas, já que nele não há possibilidade de identificar o objeto da pergunta bem como de chegar a um conhecimento objetivo dos valores.¹³⁹

137 SANTOS, Luiz Henrique L. dos. A essência da proposição e a essência do mundo, p.98.

138 SALLES, João Carlos. Linguagem e morte, §9.

139 HALLER, Rudolf. A ética no pensamento de Wittgenstein, p.55.

O que enuncio não pode expressar, nesse caso, o objeto enunciado. No entanto, posso claramente dizer: "Segue-se ao plantio de sementes de café o crescimento de um cafezal". Isto pode, portanto, ser falseado; essa proposição é, portanto, um enunciado meramente declarativo. É dessa forma estranha que a ciência parece transcender do casual para o essencial; do declarativo para o prescritivo. Não existe legalidade que chancel tal movimento. Não há legalidade no casual, logo não há legalidade no universal científico – pedras sobrepostas não resultam, necessariamente, em uma muralha.

2.5 O estatuto da ciência no *Tractatus*

O sentido do mundo deve estar fora dele. No mundo, tudo é como é e tudo acontece como acontece; não há *nele* nenhum valor – se houvesse, não teriam nenhum valor. Se há um valor que tenha valor, deve estar fora de todo acontecer e ser-assim. Pois todo acontecer e ser assim é casual. O que o faz não casual não pode estar *no* mundo; do contrário, seria algo, por sua vez casual. Deve estar fora do mundo.¹⁴⁰

Para Wittgenstein, não há, *no* mundo, leis *genuinamente* naturais. Em seu *Tractatus*, toda necessidade é lógica e fora lógica seria um tudo um acaso: a lógica preenche, portanto, certo espaço instalado fora dos limites do mundo, o campo do necessário.¹⁴¹ Desse modo, resta à ciência o preenchimento de campo outro: o campo do casual, portanto, do significativo. Assim posto, estaria a ciência, assim apresentada por Wittgenstein, de alguma forma impedida de realizar-se, uma vez que sua tarefa consiste, se não, em lavrar leis naturais? Não. Nisso consiste, para nós, o fundamental: no *Tractatus*, o reiterado cuidado com a lógica implica a promoção de cuidados com sua aplicação:¹⁴² por exemplo, evitar que as proposições da ciência tentem expressar algo

140 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.41, p.275.

141 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.3, p.265.

142 Ainda que dissociadas, lógica e sua aplicação devem manter contato: “A aplicação da lógica decide a respeito de quais proposições elementares existem. O que vem com a aplicação, a lógica não pode antecipar. Isto é claro: a lógica não pode colidir com sua aplicação. Mas a lógica deve manter contato com sua aplicação. Portanto, a lógica e sua aplicação não se podem sobrepor” (Ver *Tractatus*, 5.557, p.243).

situado fora do mundo, algo de mais alto¹⁴³ – esse *algo* que em alguma medida, dentro do projeto do *Tractatus*, coincidiria com o lógico. Caso as proposições da ciência tentem expressar aquilo que o *Tractatus* logo impede de ser expresso, portanto, algo fora dos limites do mundo, terminam por flagrar-se contrasensos, pois violariam,¹⁴⁴ as proposições científicas, a lógica da significatividade, a lógica da nossa linguagem. Se contra-sensos, tais proposições ultrapassariam os limites da significativo ao invadir o terreno do inexprimível, sobrepondo, o que é condenável, lógica e sua aplicação.

Assim, o objetivo central do *Tractatus* é realizar uma crítica da linguagem pela delimitação radical de seu domínio de aplicação; seu método para exibir esses limites é o exame interno do modo de operação do simbolismo, e o resultado é genuinamente terapêutico: uma vez que estes limites estejam compreendidos, estará afastada, espera-se a tentação de formular enunciados pretensamente significativos em domínios que se reconhecerá como estando fora da esfera do dizível, o que, para o *Tractatus*, inclui não apenas os domínios que envolvem valores éticos, estéticos e religiosos como também os campos tradicionais de investigação da lógica, das teorias do significado e da própria filosofia.¹⁴⁵

Dessa forma, a filosofia do *Tractatus* concede à ciência, ao promover seus estranhos cuidados, franca liberdade para resolver-se, reconstruir-se, ampliar-se, ainda que paradoxalmente confinada, no único registro próprio à sua tarefa: o significativo. Essa liberdade, ainda que um paradoxo, confere ao discurso científico a flexibilidade necessária à manutenção da sua busca pelo essencial, pelo fundamental, pelo necessário. Todavia, essa tarefa logo se mostra vã, pois o essencial, aponta o *Tractatus*, subsiste ausente do mundo, está *fora* dele – “o que se faz não casual não pode estar *no* mundo”; à ciência, à sua tarefa, cabe apenas o exame do parcial, do casual, do contingente. Que uma pedra seja arremessada e em seguida caia, e que ela seja novamente arremessada,

143 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.42, p.275.

144 Pode-se, assim, ilustrar como essas proposições violariam a lógica da linguagem: às unidades mais elementares da proposição – os nomes – não seria conferido significado, pois todo nome deve ter um correlato factual, de modo que aos nomes arranjados na proposição estejam os elementos do fato, isomorficamente articulados de tal modo que um seja, nesses termos, a figuração do outro e vice-versa. Se aos nomes não é conferido qualquer significado, que a proposição não espelhe um fato, a proposição consiste em um mero sem sentido, portanto um contrasenso.

145 MARQUES, José Oscar de A. Espaço e tempo no *Tractatus* de Wittgenstein, p.2.

tornando a cair, parece, de alguma sorte, envolver necessidade; diríamos: a pedra sempre cairá, pois certa lei natural rege o fenômeno. Essa “necessidade”, essa “lei natural”, afirma o *Tractatus*, não passa, portanto, de mera crença e nada envolve de essencial ou necessário: “Os eventos do futuro, não podemos derivá-los do presente. A crença no nexos causal é a superstição”.¹⁴⁶ *Acreditamos* que a pedra sempre cairá, assim como sempre minha mão irá queimar, caso o fogo eu toque: “Como Hume, o *Tractatus* conclui: o procedimento de indução não tem fundamento lógico, mas apenas psicológico. Não há razão lógica que possamos alegar como base para nossa crença de que o Sol levantará amanhã; de fato, não sabemos que ele realmente se levantará”.¹⁴⁷

O Princípio da causalidade nada mais é que a descrição metodológica de que as proposições da ciência assumam a forma de leis hipotéticas. Na interpretação literal de formulação declarativa (“tudo tem uma causa”), ele é um contra-senso, pois pretenderia afirmar a existência de uma suposta espécie de conexão entre estados de coisas. Numa interpretação mais benevolente dessa formulação, afirma o que fundamentaria seu conteúdo prescritivo: há leis naturais, os eventos do mundo deixam-se descrever de maneira satisfatória pelo método de representação que essa descrição prescreve. Toda sua relevância para a representação proposicional do mundo concentra-se em seu núcleo prescritivo.¹⁴⁸

Impossibilitando que a ciência produza leis fundamentais, que o científico trate, portanto, de leis genuinamente naturais, parece a filosofia de Wittgenstein, ao tempo do *Tractatus*, desacreditar a tarefa científica quanto a sua capacidade de generalização dos fenômenos. É natural que, assim entendida, a ciência pareça, uma vez separado o necessário do seu campo, fadada a fracasso recorrente ou, para além disso, pareça sua tarefa doravante inexecutável. A crença de que o *Tractatus*, certamente, inviabilizaria a generalização científica de questões de fato resulta, no entanto, da histórica idéia de que a ciência poderia, sim, retirar de certo número de eventos uma constância necessária para todos os casos futuros.

146 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 5.1361, p.207.

147 SANTOS, Luiz Henrique dos. *A essência da proposição e a essência do mundo*, p.99.

148 SANTOS, Luiz Henrique dos. *A essência da proposição e a essência do mundo*, p.99.

Assim concebida, a ciência poderia reconhecer e expressar laços de necessidade como aqueles que unem, por exemplo, uma causa a uma consequência. Em outras palavras, caberia ao científico a elaboração de leis fundamentalmente naturais. Portanto, a impossibilidade, ela expressa no *Tractatus*, de uma ciência dizer o absoluto, que ela não possa formular *leis naturais*, torna a atividade científica, para longe de ser uma ficção, uma ação produtiva, de resultados, embora diversos, entretanto apoiados em legalidade anterior ao seu campo de ação. Essa legalidade assume-se lógica e irrepresentável, todavia mostra-se como garantia de sua atuação: “Não há coerção em virtude da qual, porque algo aconteceu, algo mais deva acontecer. Só há necessidade lógica¹⁴⁹”; “Que o sol se levantará amanhã, é uma hipótese; e isso quer dizer: não *sabemos* se ele levantará¹⁵⁰”.

O *Tractatus*, ao restringir, ou engaiolar, o científico no significativo, não promove, assim, a dissolução da tarefa científica, tampouco a torna inexecutável, anulando-a por completo. Pelo contrário, a clivagem entre necessidade e contingência torna a ciência uma tarefa livre para a constante revisão – e mesmo abandono – de suas teorias, conservando, dessa forma, aquela insaturação comum a todo conhecimento por ela produzido. Nesse caso, a história das ciências, notadamente das ciências duras, mostra que, ao longo dos séculos, de fato, nenhuma teoria pôde julgar-se definitiva ou necessária; pelo contrário, as teorias são sempre superadas ao sabor da insurgência de novas propostas de descrição do mundo.

2.6 O progresso científico

Esse otimismo wittgensteiniano, porém, é pleno de negatividade. Ser significativo não coincide com ser relevante. A resposta ao que pode ser interrogado não é capaz de ampliar o mundo dos felizes, assim como não pode dar conta da morte - isso exatamente que não se vive,

149 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.37, p.273.

150 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.36311, p.273.

que não é um evento da vida, e cujo enigma estaria fora do que pode ser dito, do que alguma ciência enunciável possa solucionar.¹⁵¹

Todas as proposições têm igual valor,¹⁵² qual seja: nenhum valor.¹⁵³ Segundo este princípio, na medida em que todas as proposições não podem enunciar nada de absoluto, todas as teorias científicas se equivalem. As proposições científicas, se não ampliam o mundo dos felizes, não tratam assim do que realmente importa. Isto quer dizer: no *Tractatus*, nenhuma teoria pode enunciar teses fundamentais sobre o mundo, nenhuma teoria pode enunciar leis genuinamente naturais. Portanto, todas as teorias científicas se equivalem na medida em que nada dizem de essencial, na medida em que se resolvem em campo contingente, campo do casual. Proposições, desse modo, nada dizem sobre o que realmente importaria, o místico, o ético, o estético, valores portanto absolutos: “Sentimos que, mesmo que todas as questões científicas *possíveis* tenham obtido resposta, nossos problemas de vida não terão sido sequer tocados. É certo que não restará, nesse caso, mais nenhuma questão; e a resposta é precisamente essa”.¹⁵⁴ Assim, o que pode ser perguntado não *pode* ser perguntado, “Pois só pode existir uma dúvida onde exista uma pergunta; uma pergunta, só onde exista uma resposta; e esta, só onde algo *possa ser dito*”.¹⁵⁵ A ciência, se pergunta por algo, só pode produzir respostas que nada dizem sobre o essencial; os problemas científicos, em sentido estritamente lógico, não são problemas, não podem haver problemas científicos se só há resposta *fora* do espaço científico:¹⁵⁶ “A chamada lei da indução não pode, de modo algum, ser uma lei lógica, pois é manifestadamente uma proposição com sentido. – E por isso não pode tampouco ser uma lei *a priori*”.¹⁵⁷ Se houvesse resposta para um problema, a resposta não teria valor qualquer; e estaríamos diante, certamente, de um contrasenso,

151 SALLES, João Carlos. Linguagem e morte, §9.

152 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.4, p.275.

153 “O sentido do mundo deve estar fora dele. No mundo, tudo é como é e tudo acontece como acontece; não há nele nenhum valor – e se houvesse, não teria nenhum valor. Se há um valor que tenha valor, deve estar fora de toco acontecer e ser-assim. Pois todo acontecer e ser-assim é casual. O que o faz não casual não pode estar no mundo; do contrário, seria algo, por sua vez casual. Deve estar fora do mundo” (WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.41, p.275).

154 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.52, p.279.

155 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.51, p.279.

156 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.4312, p.278-279.

157 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.31, p.265.

de uma indagação sem sentido: “Percebe-se a solução do problema na vida no desaparecimento desse problema. (Não é por essa razão que as pessoas para as quais, após longas dúvidas, o sentido da vida se fez claro não se tornaram capazes de dizer em que consiste esse sentido?)”.¹⁵⁸ Não existem respostas éticas, tampouco podem haver perguntas; na ética, não podem haver proposições:¹⁵⁹

O primeiro pensamento que nos vem quando se formula uma lei ética da forma “você deve...” é: e daí, se eu não fizer? É claro, porém, que a ética nada tem a ver com punição e recompensa, no sentido usual. Portanto, essa questão de quais sejam as *consequências* de uma ação não deve ter importância. – Pelo menos, essas consequências não podem ser eventos. Pois há decerto algo de correto nesse modo de formular a questão. Deve haver, na verdade, uma espécie de recompensa ética, mas elas devem estar na própria ação. (E também é claro que a recompensa deve ser algo de agradável, a punição, algo de desagradável).¹⁶⁰

Com a separação clara entre questões de fato – juízos relativos – e juízos absolutos, tece o *Tractatus* uma noção de ciência aparentemente fracassada, pois esvaziada de laços necessários. Nesse caso, à ciência caberia, na alegoria do cão de corrida contra o coelho veloz de madeira, tão somente a corrida, apenas a própria busca, ainda que vã. A expectativa de que a ciência possa enfim haurir - do real - leis naturais, fundamentalmente naturais, é logo frustrada por Wittgenstein. Se há uma separação necessária entre o necessário e o contingente, o que se poderia chamar de *nexo causal* não passaria, portanto, de mera superstição:¹⁶¹ “Não coerção em virtude da qual, porque algo aconteceu, algo mais deva acontecer. Só há necessidade *lógica*”.¹⁶² Por certo, uma vez retirado o necessário do campo do que pode ser dito, encerrada toda legalidade na estrutura de suas proposições e delegada a idéia de causalidade à psicologia,¹⁶³ parece a ciência, assim tratada no *Tractatus*, certamente fadada ao fracasso, parece, portanto, distante do que rotineiramente chamamos *progresso científico*: “Ainda que tudo que

158 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.521, p.279.

159 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.42, p.275.

160 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.422, p.277.

161 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 5.1361, p.207.

162 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.37, p.273.

163 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.3631, p.273.

desejássemos acontecesse, isso seria, por assim dizer, apenas uma graça do destino, pois não há nenhum vínculo lógico entre vontade e mundo que o garantisse, e o suposto vínculo físico, por seu lado, decerto não é algo que pudéssemos querer”.¹⁶⁴ No entanto, como veremos, a idéia de progresso científico, ou mesmo sua negação, podem estar em perfeita conformidade com a noção de ciência impressa no *Tractatus*, como afirma José Oscar Marques:

Mauthner foi talvez o primeiro pensador a afirmar que a filosofia consiste na crítica da linguagem, e Wittgenstein reformou essa convicção no *Tractatus*, com a ressalva de que sua concepção dessa crítica não era a mesma que a de Mauthner (*cf.* 4.0031). Pode-se supor que a razão dessa discordância reside no caráter excessivamente radical da posição deste último, que o impediu de fazer distinções importantes, e, especialmente, levou-o a menosprezar a capacidade das teorias científicas de fornecer uma descrição adequada do mundo físico. Para Wittgenstein, em vista de sua formação científica, uma posição como essa não poderia ser aceitável e, de fato, no *Tractatus*, ele concedeu um lugar privilegiado à ciência, identificando, na verdade, o domínio do dizível com o domínio das proposições da ciência natural (*cf.* 4.11). Um balanço dos resultados do *Tractatus* revela, assim, uma impressionante realização: Wittgenstein conseguiu levar a cabo com sucesso a tão necessária crítica da linguagem preconizada por Mauthner, ao mesmo tempo em que, ao determinar precisamente o campo de tudo o que pode receber expressão na linguagem, conseguiu atender à exigência de uma separação entre o domínio dos valores e o mundo dos fatos, como queriam Schopenhauer, Kierkegaard e Tolstoi. Por fim, e isto não é menos importante, manteve aberto um espaço para o exercício da ciência, legitimando sua tarefa de prover modelos linguísticos e simbólicos para a descrição da realidade.¹⁶⁵

Nesse caso, devemos ressaltar que questões relativas ao progresso científico, seja ele entendido como uma progressão linear, cumulativa, onde as teorias são sempre espólios para as demais vindouras; seja entendida como o produto da concorrência entre diversas ciências, alicerçada em querelas que por vezes resultam em revoluções e abandono de saberes seculares, parece pouco importar à concepção de ciência reunida no *Tractatus*. Que a atividade científica resulte em cumulatividade teórica ou não, portanto, que a

164 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.374, p.275.

165 MARQUES, José Oscar de A. Espaço e tempo no *Tractatus* de Wittgenstein, p.5.

ciência, de fato, progrida ou não, isto pouco importa. Nesse caso, todo seu aparente sucesso – e por outro lado, seu fracasso recorrente – não ampliaria a noção que temos do mundo, tampouco em suas teorias poderíamos reconhecer, seja no progresso ou no fracasso, qualquer valor, qualquer resposta que possa nos dizer “Isto é o mundo”.

Que a ciência progrida ou não, tal questão se resolve em plano contingente. Como seja a operação científica, a forma como atua, se por encontros ou desencontros, pouco importa; no plano da ciência, como ela afinal se estabeleça, não se pode encontrar qualquer profundidade. Se há algo de profundo, esse algo só pode estar acima ou abaixo do plano científico, não pode estar, portanto, lado a lado com o discurso científico. Com isso, seguramente afirmamos: que a ciência progrida ou não é pouco relevante, mas que ela possa enunciar descrições e, munida delas, resolver-se em história, é essencial.

A lógica, entendida como *toda* legalidade,¹⁶⁶ garante a ordem de seus enunciados, que suas teorias se equivalham e possam competir ou não; o que realmente importa é que teorias possam ser erguidas, uma vez lastradas em proposições legítimas, pois garantidas logicamente. Se a ciência progride ao acumular teorias redutíveis a certas descrições que as irmanariam de alguma forma ou, pelo contrário, se ela progride estranhamente a partir da descontinuidade de suas descrições, sendo, portanto, incomensuráveis, o que, no *Tractatus*, realmente está em jogo é: a ciência *pode* oferecer descrições, proposições relativas a fatos, a ciência pode, ao ser inspecionada pela filosofia da ciência, entrar em litígio acerca da forma como se resolve enquanto atividade. O *Tractatus* garante, desse modo, que a ciência elabore teorias e que ela própria possa legitimamente discordar do sucesso da descrição desta ou daquela proposição tramada sobre um mesmo cenário de equivalência de valor, ou melhor, diante da nulidade de valor mesmo quando tomadas todas as suas proposições.

166 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.3, p.265.

2.7 O silêncio e a Ética

Minhas proposições elucidam dessa maneira: quem me entende acaba por reconhecê-las como contrasensos, após ter escalado através delas – por elas – para além delas. (Deve, por assim dizer, jogar fora a escada após ter subido por ela.) Deve sobrepujar essas proposições, e então verá o mundo corretamente. Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar.¹⁶⁷

O que faz as proposições do *Tractatus*, então símiles, acertarem alvo transcendental? Em outras palavras, o que as faz, se logo tentam enunciar o absoluto, flagrando-se contrasensos, especiais a ponto de servirem de caminho para o esclarecimento lógico da linguagem? Na *Conferência sobre ética*, diz Wittgenstein, todo símile ter algum tipo de relação analógica com o fato por ele descrito: “quando dizemos ‘A vida deste homem era valiosa’ não entendemos no mesmo sentido caso falássemos de alguma jóia valiosa, contudo, parece haver algum tipo de analogia”.¹⁶⁸ Se lícitas, as proposições do *Tractatus*, uma vez que tentam expressar o absoluto, devem assumir-se, portanto, símiles de coisa alguma.

Todavia, e aí está toda dificuldade, tais proposições não podem, como qualquer símile possível, expressar-se como um enunciado sobre fatos. Desse modo, a analogia operada pelas proposições do *Tractatus* parece distinguir-se, em natureza, de outras analogias operadas em solo contingente. Nesse caso, o que torna a analogia operada pelas pseudoproposições tractatianas independente de relações com enunciados sobre fatos? Eis a resposta do *Tractatus*: o que há de analógico em uma proposição tractatiana é a identidade da sua estrutura lógica e da estrutura também lógica de uma situação. Firmam-se, assim, elucidações, pois o esclarecimento prestado por elas envolve a intuição, um conhecimento claro, acerca de algo pinçado no rarefeito, o espaço ocupado pelas proposições que nada dizem: “Os significados dos sinais primitivos podem ser explicados por meio de elucidações. Elas são proposições que contém os sinais

167 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 6.54-7, p.281.

168 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Conferência sobre ética*, p.222.

primitivos. Portanto, só podem ser entendidas quando já se conhecem os significados desses sinais”.¹⁶⁹

Segundo o *Tractatus*, essa analogia, a isomorfia estrutural entre linguagem e fato, não podemos expressar, ela *mostra-se* na proposição. Desse modo, a analogia presente na proposição tractatiana é, assim, livre de relações com a contingência, com o significativo. Diferentemente da analogia possível entre as proposições “A vida deste homem era valiosa” e “Esta jóia é valiosa”,¹⁷⁰ a analogia que legitima a operação executada pelas proposições do *Tractatus* é uma analogia lógica. Dito isso, as proposições do *Tractatus*, apesar de claros contrasensos, logo servem corretamente a análise lógica da linguagem, sem promover qualquer dano ao estabelecimento do limite entre necessidade e contingência. Assim, o *Tractatus*, para longe de confundir tais limites, sobrepô-los, faz justamente o contrário: os afirma, definitivamente.

As proposições filosóficas, por sua vez, são contra-sensos e nada maiôs. Com elas, os filósofos pretendem representar a estrutura essencial e os fundamentos absolutos do mundo. Nada que seja contingente interessa, por si só, à filosofia. Por definição, às proposições filosóficas caberia representar o que, por definição não pode ser representado proposicionalmente. Por definição, a roupagem proposicional não cabe na filosofia. Quando se tenta imprigir-lhe essa roupagem, o resultado é sempre um contrasenso.¹⁷¹

Embora úteis à escalada rumo ao inefável, as proposições do *Tractatus* são essencialmente carentes de sentido. Sua utilidade resulta do produto da operação delas em conjunto, elucidações que se complementam visando alvo único, sejam elas instaladas em qualquer instante do plano da obra: “vejo agora que essas expressões carentes de sentido não careciam de sentido por não ter ainda encontrado as expressões corretas, mas sua falta de sentido constituía sua própria essência. Isto porque a única coisa que pretenderia com elas era, precisamente, ir além do mundo, o que é o mesmo

169 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus*, 3.263, p.224.

170 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.224.

171 SANTOS, Luiz Henrique L. dos. A essência da proposição e a essência do mundo, p.101.

que ir além da linguagem significativa”.¹⁷² Enquanto os enunciados de nossa linguagem funcionam como símiles de outros enunciados sobre fatos, as proposições do *Tractatus* mostram o absoluto, pois encerram, em si mesmas, uma natureza singular e exótica de relação analógica, não podendo ser dita em outras proposições. Essa relação analógica pode ser *mostrada* através da estrutura da proposição, como reflexo de estrutura anterior, ela lógica e transcendental. A proposição tractatiana *mostra* assim a analogia que porta; uma proposição significativa *diz* a analogia e se assume um contrasenso se tenta o contrário¹⁷³. A legalidade do *Tractatus* repousa, portanto, na clara oposição entre *dizer* e *mostrar*.

...

A idéia de que Wittgenstein daria “um jeito” de dizer muita coisa sobre o que não pode ser dito, ela formulada classicamente por Russell na sua Introdução ao *Tractatus*,¹⁷⁴ encontra eco nas idéias de muitos comentadores da análise da linguagem promovida no *Tractatus*. Uma das críticas aponta que Wittgenstein criaria certa ilusão em seus leitores ao forjar proposições que, armadas em conjunto, simulariam a revelação de algo de natureza transcendental, algo fora do mundo, para além dos limites do dizível. Esse “algo” não passaria de uma ilusão, mera expectativa criada a partir de uma trama de enunciados viciados a ponto de “materializar” algo inexistente, de preparar o leitor para coisa alguma: “O *Tractatus* é uma espécie de armadilha na qual somos levados

172 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.224.

173 Alexandre Noronha Machado, em *A terapia metafísica do Tractatus de Wittgenstein* (2001), alerta que alguns leitores do *Tractatus* apontam o resultado da escalada mística como uma ilusão provocada por Wittgenstein. Segundo essa idéia, Wittgenstein criaria em seus leitores a ilusão de que suas proposições revelariam algo ao fim da sua análise lógica, sendo, em verdade, uma ilusão de apreensão: “O *Tractatus* é uma espécie de armadilha na qual somos levados inicialmente a sofrer a ilusão de entendimento de determinadas sentenças e a ilusão de extrair as conseqüências lógicas do que é dito com essas sentenças” (p.5). Segundo Noronha, Hacker afirma que as proposições do *Tractatus*, apesar de claros atentados ao silêncio lógico, constituem, em verdade, absurdos esclarecedores, assim úteis à análise da linguagem. Ainda para Hacker, as proposições do *Tractatus* se assegurariam providenciais, uma vez que outros absurdos lingüístico confundiriam como, por exemplo, “Sócrates é idêntico” (5.473), neste caso, uma mistura de palavras.

174 RUSSELL, Bertrand. Introdução. *Tractatus*, p.127.

inicialmente a sofrer a ilusão de entendimento de determinadas sentenças e a ilusão de extrair as conseqüências lógicas do que é dito com essas sentenças”.¹⁷⁵ Segundo Wittgenstein, suas proposições, de fato, não possuem sentido algum, todavia, essa ausência de sentido não as torna enunciados viciados; essa ausência de sentido – seu absurdo – constitui sua essência:

Em outras palavras, vejo agora que estas expressões carentes de sentido não careciam de sentido por não ter ainda encontrado as expressões corretas, mas sua falta de sentido constituía sua própria essência. Isto porque a única coisa que eu pretendia com elas era, precisamente, *ir além do mundo*, o que é o mesmo que ir além da linguagem significativa. Toda minha tendência - e creio que a de todos aqueles que tentaram alguma vez escrever ou falar de Ética ou Religião - é correr contra os limites da linguagem. Esta corrida contra as paredes de nossa jaula é perfeita e absolutamente desesperançada. A Ética, na medida em que brota do desejo de dizer algo sobre o sentido último da vida, sobre o absolutamente bom, o absolutamente valioso, não pode ser uma ciência. O que ela diz nada acrescenta, em nenhum sentido, ao nosso conhecimento, mas é um testemunho de uma tendência do espírito humano que eu pessoalmente não posso senão respeitar profundamente e que por nada neste mundo ridicularizaria.¹⁷⁶

A idéia de que as proposições do *Tractatus* cumprem com a promessa destacada no Prefácio – as proposições devem ser abandonadas de modo a ter a visão correta do mundo – tendo, portanto, um “algo” ao cabo da análise da linguagem, e não o clímax de ilusão em andamento, ou mero uso teatral da linguagem, encontra na idéia de que são suas proposições “absurdos esclarecedores” uma franca linha de defesa. Ao contrário de confundir os leitores, traçando ilusões e falsas expectativas, assim confundindo-os, as proposições do *Tractatus*, certamente absurdas, são necessárias para se obter a intuição correta do mundo, a intuição do mundo *sub specie aeterni*. Sua condição de “absurdas” é, assim, o motivo do seu abandono indispensável, mas, ainda que contrasensos, podem ter algum valor. No Prefácio, Wittgenstein diz “quanto mais próximo do centro elas acertarem o alvo”. Isso mostra a preocupação de Wittgenstein para com a elaboração de

175 MACHADO, Alexandre N. A Terapia Metafísica do *Tractatus* de Wittgenstein, p.5.

176 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.5.

seus absurdos lingüísticos úteis – esclarecedores – à filosofia.¹⁷⁷ Suas proposições podem sempre ser vistas como delitos, ou ultrajes, frente à lógica, mas essa é sua própria e assumida condição, para além disso, sua essência. Afinal, "nem tudo o que uma proposição nos ensina é o que diz ser o caso. Uma proposição também nos ensina tudo que nela devemos apreender para apreender seu sentido. Além de dizer o que diz, observa Wittgenstein, uma proposição mostra, exhibe, por exemplo, sua estrutura sintática, que é a forma da situação que representa, e os constituintes de seu sentido."¹⁷⁸

...

O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinado filosofia; mas *esse* seria o único rigorosamente correto.¹⁷⁹

A esta [à ciência] le interesa la verdad de los enunciados, a la primeira [a filosofia] lo que realmente significan; la actividad filosófica de dar sentido cubre la totalidad del campo del conocimiento científico. Esto fue correctamente conjeturado cuando se dijo que filosofía proporcionaba a la vez la base e y lacima del edificio de la ciencia.¹⁸⁰

A visão correta do mundo, uma vez sobrepujadas e logo abandonadas as proposições do *Tractatus*, leva o filósofo ao silêncio: deve ele calar ante o absoluto, o ético, o místico. Nesse caso, o aforismo 6.53 recomenda o silêncio se pretendemos enunciar proposições

177 MACHADO, Alexandre N. A Terapia Metafísica do Tractatus de Wittgenstein: “Hacker afirma que, para Wittgenstein, há dois tipos de absurdos: absurdos esclarecedores (illuminating nonsense), como as sentenças do Tractatus, que nos fazem perceber aquilo que não pode ser dito, mas se mostra, e absurdos desorientadores (misleading nonsense), como a sentença “Sócrates é idêntico” (TLP, 5.473), que não se diferenciam de misturas de palavras” (p.2).

178 SANTOS, Luiz Henrique L. dos. A essência da proposição e a essência do mundo, p.87.

179 WITTGENSTEIN, Ludwig. Tractatus, 6.53, p.281.

180 SCHLICK, Moritz. El viraje de la filosofía, p.62.

que ultrapassem as fronteiras da linguagem, os limites da significatividade. Com isso 6.53, conseqüentemente, afirmaria a retirada do filósofo de seu campo investigativo? Deve a filosofia encerrar sua atividade juntamente com o desfecho da análise lógica da linguagem operada através das suas proposições, rumo à visão de mundo correta? Se a filosofia é operada através da análise da linguagem, que resta à filosofia fazer, uma vez cumprida sua tarefa? Deve ela nada mais dizer? Pelo contrário, deve ela dizer "o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia".

Assim, o silêncio repara o discurso filosófico, o torna consciente dos limites do mundo, os limites da linguagem, de modo que a filosofia possa operar sem a promoção dos equívocos costumeiros cometidos pelo mau uso da lógica da linguagem: "Negativamente, a crítica lógica da filosofia tradicional é uma atividade filosófica, destinada a desviar a filosofia dos caminhos que não podem levá-la a seus fins próprios, mas apenas a confusões e contra-sensos".¹⁸¹ O filósofo, ao utilizar nossa linguagem com correção, pode, desse modo, tornar lícita a atividade filosófica, seja no discurso, assim como pode ele orientar a produção de enunciados significativos, balizados na mesma legalidade, impedindo que eles ultrapassem os limites da linguagem: "No sentido em que a filosofia pode ser dita um empreendimento humano legítimo, é a aplicação da lógica, a atividade de analisar logicamente as proposições empíricas".¹⁸²

181 SANTOS, Luiz Henrique L. dos. A essência da proposição e a essência do mundo, p.101.

182 SANTOS, Luiz Henrique L. dos. A essência da proposição e a essência do mundo, p.102.

Capítulo III

Significação, verificabilidade e linguagem científica

Para uma resposta que não se pode formular, tampouco se pode formular uma questão. O *enigma* não existe. Se uma questão se pode em geral levantar a ela também se *pode* responder (*Wittgenstein*).

Uma autêntica questão é aquela para qual existe possibilidade lógica de resposta. Este é um dos resultados mais marcantes do nosso empirismo (*Schlick*).

3.1 A virada filosófica do Círculo de Viena

Poucas obras revolveram a filosofia, obrigando o retorno às teses que a fundamentam, na intensidade imposta pelo *Tractatus* de Wittgenstein. Sendo texto seminal para a filosofia do século XX, influenciando definitivamente o pensamento filosófico contemporâneo, o *Tractatus* renovou o debate em torno da filosofia da linguagem, sobretudo os estudos da significação. Embora bem recebido – em especial, pelos filósofos que integravam o positivismo lógico – o *Tractatus* não encontrou no entusiasmo de sua recepção a justa compreensão do alcance de sua filosofia. Caso de recepção bem sucedida da obra,¹⁸³ a leitura verificacionista promovida pelo Círculo de Viena encontraria nas seções consideradas “importantes” do *Tractatus* – notadamente

183 A leitura do Círculo desprezaria os aforismos que tratariam, de algum modo, de temas propriamente metafísicos como, por exemplo, as passagens dedicadas ao esclarecimento do sentido da vida, ou ainda aquelas que tratariam das circunstâncias as quais Deus se encontraria.

suas considerações sobre lógica e significação – a base filosófica necessária para a reorientação do debate acerca da verificação. Sendo assim, o princípio da verificabilidade assumiria um lugar de destaque, sendo alçado ao posto de tese fundamental da teoria do significado do *Tractatus*.

Introduzido por Friedich Waismann e Moritz Schlick, o princípio da verificabilidade ocuparia importante debate em torno da significação, chamando a atenção de filósofos como Bertrand Russell, Rudolf Carnap e, notadamente, Alfred Jules Ayer – sendo Ayer o responsável pela elaboração de seus contornos finais.¹⁸⁴ Assim formulado – uma proposição somente é significativa se ela for verificável empiricamente –, o princípio da verificabilidade seria prontamente adotado como premissa do positivismo lógico, fornecendo um amplo programa de investigação voltado a uma numerosa geração de filósofos lógicos simpatizantes da filosofia do Círculo de Viena. A aplicação do princípio asseguraria a almejada clareza dos enunciados científicos, sendo tal vontade de clarificação conceitual aquilo que se mostraria, mais tarde, o firme elo de união – o traço filosófico comum – entre os diversos pensadores que permaneceriam ligados ao círculo vienense:

É compreensível que no Círculo de Viena ainda permaneça nitidamente reconhecível a origem de seus membros a partir de diferentes domínios de problemas. Devido a isso resultam também frequentemente diferenças de orientação de interesses e de pontos-de-vista, que levam a concepções diversas. É, porém, característico que as divergências diminuam mediante o esforço pela formulação precisa, pela aplicação de uma linguagem e de um simbolismo lógico exatos, pela diferenciação nítida entre o conteúdo teórico de uma tese e as meras representações acompanhantes [*Begleitvorstellungen*]. Gradativamente cresce o fundo de concepções comuns que constituem o núcleo da concepção científica do mundo, a que se ligam, com divergência subjetiva mais acentuada, as camadas exteriores.¹⁸⁵

184 AYER, Alfred Jules. *Linguagem, Verdade e Lógica*, 1936.

185 Ver HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. *A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena*, p.18.

A busca por um simbolismo claro, que pudesse fazer referência a conceitos com exatidão, pautou, por vezes, o plano de investigação de muitos filósofos, a exemplo de Frege e sua conceitografia.¹⁸⁶ Todavia, a busca pela clareza na linguagem, que determinaria com precisão o significado de cada termo de um enunciado, parece dividir espaço com questão mais fundamental para a filosofia do Círculo de Viena. Nesse sentido, a pergunta que indagaria sobre a concordância de uma determinada proposição com os fatos cederia lugar a uma pergunta mais importante e, em certos termos, anterior: a pergunta sobre o sentido lógico da proposição. Em outras palavras, importava o conhecimento de quais questões teriam sentido, pois somente assim tais questões poderiam ser verificáveis empiricamente.

Segundo Schlick, a grande virada da filosofia consistiria, assim, no conhecimento da natureza da lógica.¹⁸⁷ Tal tarefa passaria pela admissão de que todo conhecimento é uma expressão, uma representação dos fatos, estruturada a partir de uma forma lógica. Desse modo, o conhecimento da natureza da lógica orientaria a pergunta sobre quais proposições careceriam de sentido ou não; quais proposições seriam genuínos enunciados sobre fatos ou, do contrário, enunciados sem sentido, portanto metafísicos. Essa tarefa de clivagem entre as proposições significativas e os enunciados que nada dizem constitui, segundo o positivismo lógico, uma atividade exclusiva da filosofia e também a única a ser, por ela, desempenhada: a clarificação da linguagem a partir da análise da estrutura lógica da proposição; “La actividad mediante la cual se descubre o determina el sentido de los enunciados: ésa es la filosofía”.¹⁸⁸

Assim sendo, a filosofia seria aquela atividade por meio da qual se clarificam as proposições. A pergunta pela verificabilidade das proposições mostraria, como um método de clarificação da linguagem, quais proposições, notadamente aquelas que enunciaríamos enigmas, seriam, em verdade, meros contrasensos. Mesmo as proposições

186 FREGE, Gottlob. Sobre a justificação científica de uma conceitografia. Coleção Os Pensadores, Abril Cultural: São Paulo, 1980.

187 SCHLICK, Moritz. El viraje de la filosofía, p.61.

188 SCHLICK, Moritz. El viraje de la filosofía, p.62.

filosóficas, que aparentemente pareceriam acrescentar algo à experiência, revelando algum tipo de verdade, mesmo elas, dizem os filósofos do Círculo, não passariam de enunciados vazios, logo sem sentido. Para eles, à filosofia não caberia como resultado de sua tarefa a produção de “enunciados filosóficos”. A filosofia, segundo entendiam, seria, antes de tudo, um sistema de atos, não implicando qualquer conhecimento como resultado da aplicação de seu método. Desse modo, a filosofia impediria que as proposições científicas entrem em colapso com as regras lógicas que instituem o sentido; as regras que as tornam, portanto, significativas: “Esto fue correctamente conjeturado cuando se dijo que la filosofía proporcionaba a la vez la base y la cima del edificio de la ciencia. Pero era un error suponer que la base estaba formada por 'proposiciones filosóficas' (las proposiciones de la teoría del conocimiento) y coronada por una cúpula de proposiciones filosóficas (llamadas metafísica)”.¹⁸⁹

Em *A concepção científica do mundo*, manifesto assinado por Hahn, Neurath e Carnap, ficam logo claras quais determinações orientariam a filosofia gestada no Círculo de Viena: “Em primeiro lugar, ela é empirista e positivista: há apenas conhecimento empírico, baseado no imediatamente dado”; [...] Em segundo lugar, a concepção científica do mundo se caracteriza pela aplicação de um método determinado, o da análise lógica”.¹⁹⁰ Assim motivados, os filósofos do Círculo de Viena mostrariam um forte interesse teórico pelas garantias lógicas de manutenção do sentido, forjadas no *Tractatus*, desprezando, de forma radical, suas considerações acerca dos temas eleitos – pensavam eles – tardios ou alheios ao projeto da obra: certamente suas considerações sobre ética, estética e o místico. A leitura do positivismo lógico esquadrinharia assim um certo modo de ler o *Tractatus* fortemente marcado, por um lado, por um cientificismo programático de suas idéias; por outro, pela rejeição radical do discurso metafísico, considerado vazio e adequando somente à arte – a música e a poesia lírica.

189 SCHLICK, Moritz. *El viraje de la filosofía*, p.62.

190 HAHN, Hans, NEURATH, Otto, CARNAP, Rudolf. *A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena*, p.12.

3.2 Os encontros com Waismann e Schlick

Ray Monk, em *Wittgenstein: o dever do gênio*,¹⁹¹ narra a recepção do *Tractatus* pelo grupo, então capitaneado por Moritz Schlick, conhecido como “Círculo de Viena”. Segundo Monk, os membros do positivismo lógico, estuasiados com a presença de Wittgenstein em Viena, convidaram-no para uma apresentação do instigante – e não menos enigmático – projeto logicista do *Tractatus*. Entretanto, contrariando as expectativas desses filósofos, Wittgenstein rejeitara o convite, recusando, por fim, participar das reuniões na capital austríaca.¹⁹² Como solução alternativa, e em consideração à figura de Schlick, Wittgenstein propôs uma apresentação mais reservada de suas idéias ao filósofo Friedrich Waismann e ao próprio Schlick, que figuraria também como anfitrião nesses encontros.¹⁹³ Em tais circunstâncias,¹⁹⁴ Waismann tomava longas notas das teses enunciadas por Wittgenstein, objetivando, posteriormente, repassá-las aos demais integrantes do Círculo, servindo, dessa forma, como possível interlocutor.¹⁹⁵

À princípio, os encontros com Waismann e Schlick revelaram-se pouco prósperos, pois Wittgenstein apresentava teses em sua maioria novas e estranhas ao *Tractatus*,¹⁹⁶ muitas em claro desacordo com pontos fundamentais de sua filosofia. Ao contrário do que esperava Waismann, suas notas mostravam um Wittgenstein cada vez mais distanciado do projeto do *Tractatus*, mais próximo do que, posteriormente, configuraria a sua nova forma de pensar, culminando, mais tarde, com um novo entendimento da significação e a confecção do texto das *Investigações Filosóficas*.¹⁹⁷

191 MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, 1995.

192 MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, p.260.

193 Segundo Monk, os encontros foram realizados na casa de Schlick (Ver MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, p.260).

194 Waismann planejava publicar, com a cooperação de Wittgenstein, um livro que serviria como introdução às idéias do *Tractatus*. O livro seria assinado pelos dois, mas Wittgenstein logo rejeitaria o projeto e, tempos depois, após a morte de Schlick, também Waismann (Ver MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, p.260; 322).

195 Segundo Monk, Waismann também pretendia publicar livro, em conjunto com Wittgenstein, que introduziria a filosofia do *Tractatus*.

196 MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*, p.260-261.

197 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*, 1951.

Apesar da frustração de Waismann, motivada pela rara convergência das teses enunciadas por Wittgenstein aos temas que interessariam ao Círculo, chamou-lhe à atenção certa nota que, aparentemente, se alinhava às idéias do positivismo lógico. Essa nota,¹⁹⁸ uma vez vinculada às expectativas de Waismann e Schlick – talvez encontrar no *Tractatus* a chancela filosófica para as teses advogadas pelo Círculo – seria logo conhecida como o “Princípio da Verificabilidade de Wittgenstein”, argumento que, em certa medida, irmaria as idéias wittgensteinianas ao pensamento do Círculo de Viena. Mais tarde, tal a repercussão nessa comunidade, esse princípio ganharia sua formulação mais sistemática, se não clássica,¹⁹⁹ em *Linguagem, Verdade e Lógica* de Alfred Jules Ayer,²⁰⁰ sendo prontamente adotado como lema do positivismo lógico vienense, como narra Monk:

Mais ao gosto do teor empirista de suas idéias [as idéias de Schlick e do Círculo de Viena] foi outro tópico levantado por Wittgenstein no curso dessas conversas: para que uma proposição tenha significado, para que diga alguma coisa, precisamos ter alguma noção do que ocorre se ela for verdade e, portanto, precisamos de algum meio para estabelecer sua verdade ou falsidade. Isso tornou-se conhecido no Círculo de Viena como o “Princípio da Verificabilidade” de Wittgenstein e foi adotado com tal entusiasmo por seus membros que até hoje é considerado como a própria essência do positivismo lógico.²⁰¹

Apesar de ainda revolver a filosofia do *Tractatus* nos encontros na casa de Schlick e, de certa forma, tratar do tema da verificação, Wittgenstein nunca reconheceu,²⁰² como tese genuinamente sua, a formulação do princípio da verificabilidade, tampouco reivindicara tal princípio como fundamento da sua teoria do significado, como acreditavam Waismann e Schlick. Incomodado com a audiência distante do temas que agora interessavam lhe interessavam, portanto um novo entendimento da

198 MONK, Ray. Wittgenstein: o dever do gênio, p.262.

199 MONK, Ray. Wittgenstein: o dever do gênio, p.262-263.

200 AYER, Alfred Jules. Linguagem, Verdade e Lógica, 1936.

201 MONK, Ray. Wittgenstein: o dever do gênio, p.263.

202 MONK, Ray. Wittgenstein: o dever do gênio, p.263.

significação,²⁰³ Wittgenstein passou a gradativamente distanciar-se da filosofia gestada no Círculo de Viena, que ficaria doravante caracterizada pelo debate recorrente em torno do princípio da verificabilidade.²⁰⁴

3.3 O verificacionismo de Moritz Schlick

Em *Sentido e Verificação*,²⁰⁵ texto que bem sinaliza a aderência do *Tractatus* ao Círculo de Viena, Moritz Schlick reverbera debate, nutrido por idéias wittgensteinianas,²⁰⁶ acerca do estatuto do princípio da verificabilidade. A concepção de verificação defendida por Schlick, fundada em uma noção lógica do sentido da proposição, assumiria, neste texto, estreita familiaridade com a concepção de sentido proposicional expressa no *Tractatus*. Em *Sentido e Verificação*, Schlick trata a verificabilidade como *possibilidade lógica*, tornando-a condição *a priori* para afirmação ou negação de uma proposição.

Para tanto, sua tese inicial seria que “A verificabilidade – que constitui a condição suficiente e necessária do sentido ou significação – é uma possibilidade de *ordem lógica*;²⁰⁷ a verificabilidade deriva do fato de construirmos a frase em conformidade com as regras pelas quais são definidos os seus termos”.²⁰⁸ Portanto, “a condição suficiente e necessária do sentido ou significação”, para a dizibilidade dos fatos – já evidenciadas no árduo trabalho executado por Wittgenstein no *Tractatus* – seriam as

203 Segundo Monk, Wittgenstein, por vezes, enunciara teses verificacionistas, todavia seu uso visava projeto distinto do projeto pretendido pelo Círculo. Para Monk, Wittgenstein, apesar de peremptoriamente negar fazer uso de teses verificacionistas, terminou por usá-las, de modo que poderíamos, em certa medida, falar em uma “fase verificacionista” do pensamento wittgensteiniano (Wittgenstein: o dever do gênio, p.264).

204 MONK, Ray. Wittgenstein: o dever do gênio, p.263.

205 SCHLICK, Moritz. Sentido e verificação, 1936.

206 Em Sentido e Verificação, Ver Nota 1, de Schlick: “Se as considerações acima são tão corretas [Schlick aqui se refere à noção de gramática] como acredito que sejam, devo isto, em grande parte, aos contatos que mantive como Wittgenstein, que exerceram notável influência sobre os meus pontos de vista nesta matéria. Dificilmente posso exagerar a minha dívida para com este filósofo. Não tenciono atribuir-lhe qualquer responsabilidade pelo conteúdo do presente artigo, porém tenho razões para crer que ele concordará com seus pontos essenciais” (p.85).

207 Grifo meu.

208 SCHLICK, Moritz. Sentido e Verificação, p.93.

regras de uma gramática, de natureza lógica, que regeria a estrutura da proposição e logo a ordenaria. Vale ressaltar, regras essas em muito distintas das regras “gramaticais”, por assim dizer, aparentes da proposição.

Desse modo, sua idéia colidiria com aquele argumento que julgaria ser suficiente à verificação tão somente o cotejo da proposição com fato por ela descrito, a análise, portanto, da sua *possibilidade empírica* de verdade.²⁰⁹ Para Schlick, tal cotejo se mostraria insuficiente para o estabelecimento da verdade ou falsidade de uma proposição, pois toda proposição *sempre* portaria certa insuficiência descritiva, quando da sua tentativa de descrever o fato em sua totalidade. Nesse caso, a verificação da proposição estaria sempre comprometida, pois nunca teríamos certeza do que seria suficiente para considerar uma proposição verificada, e mesmo que nossos esforços nesse sentido não cessassem, pode, ainda, a proposição não permitir sua completa verificação.²¹⁰

Tal como no *Tractatus*, Schlick determina a separação entre a *lógica*, objeto da filosofia, e a *experiência*, campo próprio – e legítimo – à tarefa da ciência. Essa última, segundo ele, consistiria em “saber se uma proposição é verdadeira, de acordo com as circunstâncias empíricas”. Para Schlick, as circunstâncias empíricas assumir-se-iam importantes “se quisermos saber se uma proposição é verdadeira – o que compete ao cientista – porém não têm nenhuma relevância para o *sentido* da proposição (o que compete ao filósofo)”.²¹¹ Assim posto, Schlick executa duplo movimento, ambos circunscritos no espaço de manobra outrora aberto pelo *Tractatus*: I) se reporta à verificação como condição lógica para o sentido de uma proposição, portanto como *possibilidade lógica* e não *possibilidade empírica*; II) separa idéias que, segundo ele, se confundidas, implicariam claros equívocos para a filosofia da significação: Schlick distingue, portanto, as *condições* para que algo *possa* ser verdadeiro ou falso das

209 Para Schlick, “possibilidade empírica” significaria “compatibilidade com as leis naturais” (Sentido e verificação, p.90).

210 Segundo Monk (Wittgenstein: o dever do gênio, p.263), Wittgenstein alertara sobre a impossibilidade de verificação completa da proposição, sendo tal alerta abordado, mais à frente, neste capítulo.

211 SCHLICK, Moritz. Sentido e Verificação, p.92.

circunstâncias em que algo seja verdadeiro ou falso. Tais condições são condições lógicas, tramadas segundo certa legislação anterior à qualquer proposição: “a possibilidade de verificação que importa para o sentido não pode ser do tipo empírico; não pode ela ser estabelecida *post festum*. Temos que estar certos da mesma antes de podermos considerar as circunstâncias empíricas e investigar se estas permitirão ou não verificação, e em que condições o permitirão”.²¹²

Para Schlick, “a possibilidade empírica é determinada pelas leis da natureza, porém o sentido e a verificabilidade independeriam totalmente delas. Tudo aquilo que posso descrever ou definir é logicamente possível – e as definições de maneira alguma estão vinculadas às leis naturais”.²¹³ Como se vê, a descrição e a definição, uma vez asseguradas pela lógica, gozariam de franca autonomia frente à verdade ou falsidade de uma proposição: seriam elas *independentes da experiência*; mais que isso, seguiriam suportadas por uma estrutura lógica, como que um modo de organização *a priori* da experiência. Posto isso, a lógica, como condição para a verificação, seguiria independente do que seja o caso, do que sejam as “leis” da natureza. Portanto, proposições como “os rios correm para cima” e “o sol é um corpo frio”, apesar de fisicamente impossíveis, portariam sentido, não consistindo qualquer absurdo do ponto de vista lógico, apesar de estarem em claro desacordo com a experiência.

A proposição “os rios correm para cima” tem sentido, mas é falsa porque o fato que descreve é fisicamente impossível. Uma proposição não perderá o sentido pelo fato de as condições que estipulo para sua verificação serem incompatíveis com as leis da natureza; posso, por exemplo, prescrever condições que só poderiam cumprir-se caso a velocidade da luz fosse superior à que na realidade é, ou se não fosse válida a lei da conservação da energia, e assim por diante.²¹⁴

A separação entre a possibilidade lógica da verificação e a possibilidade empírica da verificação permite que proposições como “os rios correm para cima”, possam ser

212 SCHLICK, Moritz. Sentido e Verificação, p.92.

213 SCHLICK, Moritz. Sentido e Verificação, p.95.

214 SCHLICK, Moritz. Sentido e Verificação, p.95.

compreendidas, sendo a maior prova disso também seu possível falseamento: “Devemos dizer que uma questão tem sentido, se formos capazes de *entendê-la*, ou seja, se formos capazes de, para qualquer proposição dada, decidir-se, em caso de ser verdadeira, constituiria uma resposta para a questão em pauta”.²¹⁵ Segundo Schlick, exemplo evidente da separação entre a possibilidade lógica e a possibilidade empírica de verificação seria o “célebre caso da realidade do outro lado da lua”,²¹⁶ que ilustraria claramente a possibilidade de se falar do que abrigaria a face oculta da lua, ainda que não tenhamos noção do que, de fato, ela contém. Isso seria possível, pois nossas proposições se armam de tal modo que afirmam o que seja o caso, independentemente da verdade ou falsidade do que é expresso por meio delas; independentemente do que, de fato, a face oculta da lua misteriosamente abrigue ou como ela afinal pareça.

Ninguém de nós - assim creio - estará disposto a aceitar uma opinião segundo a qual não teria sentido falar da face oposta do nosso satélite. Pode porventura pairar a mínima dúvida quanto ao fato de que, segundo as nossas explicações, neste caso se cumprem perfeitamente as condições para que haja sentido? Acredito que não possa haver dúvida alguma.²¹⁷

Outro exemplo evidente para Schlick seria o caso da “imortalidade”,²¹⁸ no sentido de que haja vida após a morte. Nesse caso, independentemente da possibilidade²¹⁹ da verificação do caso, que pareceria possível apenas para aquele indivíduo que experienciar a suposta “transição”, segue que podemos *sempre* algo dizer acerca de como seja a vida após a morte; que possamos, inclusive, dizer que essa “vida posterior” possa existir ou não. O exemplo da imortalidade mostraria, segundo Schlick, a clara distinção entre a possibilidade empírica de verificação, logo dependente da experiência, e a possibilidade lógica de verificação, essa independente da experiência, independente, no caso da imortalidade, da vivência individual de cada sujeito.

215 SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p.94.

216 SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p.96.

217 SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p.96.

218 SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p.98.

219 Para Schlick, haveria possibilidade de verificação para esta proposição e poderia ser expressa da seguinte forma: “Aguarda até que morras” (Ver SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p.99).

Para Schlick, a compreensão da verdade ou falsidade de uma proposição somente é possível se reconhecemos na proposição certa estrutura lógica responsável pela sua bipolaridade. Uma proposição sem sentido, nesses termos, careceria desse ordenamento lógico, careceria de uma estrutura que a distinguisse de um mero aglomerado de palavras. A proposição sem sentido viola, portanto, as regras de aplicação das palavras, regras previstas na gramática que rege a “montagem” do sinal proposicional.²²⁰ Desse modo, se as afirmações podem infringir as regras gramaticais, e logo tornarem-se absurdos proposicionais, podem também as *questões* – pois através delas se expressam os problemas – também padecer da mesma confusão a qual não estariam imunes as afirmações:

Se, por conseguinte, acharmos ser logicamente impossível uma resposta, sabemos que na realidade não estamos face a uma questão verdadeira, mas diante de uma pseudo-questão, uma combinação de palavras destituída de sentido. Uma questão autêntica é aquela para qual existe possibilidade lógica de resposta. Este é um dos resultados mais marcantes do nosso empirismo.²²¹

Igualmente à Wittgenstein, o que realmente importaria para Schlick – sendo “um dos resultados mais marcantes” do seu empirismo – teria um caráter exclusivamente lógico, sendo, portanto, anterior à experiência. No *Tractatus*, assim ratificado na *Conferência sobre ética*,²²² o que é lógico – ou seja, o que é condição de possibilidade da dizibilidade dos fatos – seguiria *fora* do mundo, escapando, por assim dizer, do raio de descrição de qualquer teoria. Todavia, nelas, se faria presente ao permitir que as teorias científicas possam algo dizer, e logo por à prova, ao suportar a estrutura de suas proposições, estrutura essa isomórfica à estrutura dos fatos empíricos. Assim sendo, caberia à ciência apenas a formulação de questões significativas, questões que indaguem se os fatos estão assim e assim ou não. Para Wittgenstein, caberia assim à filosofia a atividade de vigília da ciência, procedendo a análise de seus enunciados,

220 Regras as quais fazem alusão o aforismo 4.0141 (p.167) do *Tractatus*. Tais regras permitiriam o traçado de figuras das mais diversas naturezas, como as figuras espaciais, sonoras, dentre outras.

221 SCHLICK, Moritz. *Sentido e Verificação*, p.95.

222 WITTGENSTEIN, Ludwig. *Conferência sobre ética*, 1929.

buscando assim impedir que seu discurso formule proposições sem sentido, produza contra-sensos. Nesse caso, Schlick certamente concordaria²²³ com Wittgenstein acerca do único método correto através do qual deveria a filosofia operar, esse descrito no aforismo 6.53 do *Tractatus*:

Pero era un error suponer que la base estaba formada por “proposiciones filosóficas” (las proposiciones de la teoría del conocimiento) y coronada por una cúpula de proposiciones filosóficas (llamadas metafísica). Es fácil advertir que la tarefa de la filosofía no consiste em construir proposiciones, y que conferir sentido a enunciados no puede hacerse con enunciados.²²⁴

A busca por clareza na expressão dos pensamentos, também enfatizada no Prefácio do *Tractatus*,²²⁵ resulta no estabelecimento do único método legítimo a ser ensinado em filosofia, qual seja: *mostrar*, através de elucidações, que este ou aquele sujeito que enuncia contrasensos, os enuncia, pois não atribui significado a certos elementos de seus enunciados. Em outras palavras, seus enunciados conteriam, em suas partes mais elementares, fragmentos que tentariam designar algo *fora* do que pode ser dito, portanto, fora do expediente linguístico.

Proposições em ordem, pelo contrário, uma vez que sempre se referem a fatos, expressam – e na verdade, só podem expressar – juízos relativos a fatos, pois operam como símiles de outras proposições.²²⁶ Para Schlick, assim como para Wittgenstein, o papel da filosofia consistiria em identificar quais questões careceriam de sentido, pois mal formuladas; questões dessa natureza configurariam atentados à gramática lógica que assegura a estrutura da linguagem – sua ordem – assumindo-se assim indesejáveis

223 Apesar de concordar com Wittgenstein acerca do único método correto a ser empregado na filosofia, Schlick e Wittgenstein divergem num ponto importante: o valor da metafísica. Para o Wittgenstein, diante do metafísico, o que realmente importaria, deveríamos silenciar. Para Schlick, deveríamos também silenciar diante do metafísico, sob pena de, caso contrário, produzirmos proposições sem sentido, todavia deveríamos voltar nossa atenção para o espaço do dizível, espaço onde os problemas filosóficos, por excelência, se formam. Para Schlick, a metafísica não teria qualquer valor devendo, a todo custo, ser evitada.

224 SCHLICK, Moritz. *El viraje de la filosofía*, p.62.

225 WITTGENSTEIN, Ludwig. Prefácio. *Tractatus*, p.131;133.

226 WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética, p.221.

contrasensos. Para Schlick, assumiria grande importância, para a filosofia, saber da existência de questões sem sentido: “Para o filósofo é extremamente importante saber se existem tais questões. [...] tal calamidade somente poderia acontecer no caso de a própria questão ser destituída de sentido. Neste caso estaríamos não diante de uma verdadeira questão, mas apenas face a uma simples sucessão de palavras com um ponto de interrogação no fim”.²²⁷

227 SCHLICK, Moritz. Sentido e Verificação, p.94.

Considerações finais

Sendo todo prefácio bom guia para a obra que busca antecipar, no *Tractatus*, tal máxima parece valer com maior intensidade. Desse modo, seu prefácio não só visa antecipar quais problemas a obra pretende no todo enfrentar – e logo dar conta –, como também esclarece ao seu leitor qual o real sentido do livro, que jamais se assemelharia ao sentido natural dos manuais.²²⁸ Partindo, portanto, de mero lugar comum – a importância do prefácio enquanto guia de leitura da obra – tentamos, ao longo deste trabalho, coletar indícios que, em conjunto, tornariam possível um projeto de integração entre lógica e ética no *Tractatus*. Integrado à lógica, como aquilo que escaparia dos limites do seu espaço, o ético deixaria de ser apontado como aquela espécie de apêndice dispensável ou mesmo um componente a ser objeto somente de abordagens biográficas ou místicas; de modo contrário, constituiria fundamento essencial da filosofia do *Tractatus* e também de sua vocação lógica. Essa integração, que amplamente conflita com a tradição de leitura imposta pelo positivismo lógico, é o que justamente o pensamento cientificista do Círculo de Viena parece ignorar, seja por uma opção programática de sua atitude científica seja, afinal, por uma compreensão parcial ou mesmo ingênua da obra.

Embora distante da anuência de Wittgenstein acerca da legitimidade do princípio da verificabilidade como tese natural ao *Tractatus*, ressaltamos neste trabalho, notadamente em seu último capítulo, a importância do verificacionismo do Círculo de Viena para a epistemologia contemporânea, em especial para o debate localizado em torno da análise do sentido proposicional. Assim, longe de julgar a consistência da leitura promovida pelo positivismo lógico, e sua singular compreensão do projeto filosófico tractatiano, este trabalho buscou, ao cabo, apresentar o princípio da verificabilidade como o grande legado filosófico da atitude científica do Círculo de

²²⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. Prefácio. *Tractatus*, p.131.

Viena, ainda que tal princípio derivasse de uma compreensão, aos olhos de Wittgenstein, parcial e mesmo equivocada do *Tractatus*.

Isso posto, julgamos *Sentido e verificação*, de Moritz Schlick, caso exemplar de uma próspera recepção do *Tractatus* que, de modo geral, se alinharia à leitura cientificista própria do positivismo lógico, por sua feita lastrada, via de regra, no debate em torno do tema da verificação. Destacamos, assim, os trabalhos de Schlick, em especial o seu exame da idéia de verificabilidade, por entender que sua filosofia melhor ilustraria, seja como exemplo, o “tipo” de leitura do *Tractatus* incentivada pelo Círculo de Viena, por vezes criticada pelo próprio Wittgenstein. Nisso, portanto, consistiu a tensão do nosso trabalho: por um lado, expor o caso de um próspero uso da filosofia do *Tractatus*, que se confunde com uma ampla e estabelecida tradição de recepção da obra; por outro, deixar ver o quanto essa prosperidade pôde, de alguma forma, estar distante da integralidade do projeto filosófico do *Tractatus*, se assumimos como nossas as críticas de Wittgenstein ao positivismo lógico.

De modo a matizar essa distância, optamos por primeiro apresentar a noção de forma lógica de afiguração, buscando relacioná-la às muitas instâncias inefáveis do *Tractatus* – o místico, a estética, os valores, ou ainda as circunstâncias de uma visão especular do mundo. A apresentação prévia da noção de forma lógica tornou possível a criação de certo fundo de contraste para nosso terceiro e último capítulo, dedicado ao Círculo, em especial à Moritz Schlick. Nossas considerações sobre lógica e ética, presentes nos dois primeiros capítulos deste trabalho – em especial no segundo –, serviram, desse modo, como uma espécie de *background* onde *Sentido e Verificação* poderia ser apostado e, assim, logo revelar aquilo que possivelmente lhe escaparia: as implicações da análise lógica da linguagem para a invalidação de qualquer tentativa de enunciação de algo essencial, portanto de algo mais alto. Sendo assim, a expressão de valores esbarraria na ausência de sentido do que é dito, dado que violada a legalidade que também condicionaria a inefabilidade do ético. Em *Sentido e Verificação*, pelo contrário, o conhecimento da legalidade lógica apontaria a inutilidade das proposições metafísicas

em via de obter ganhos em outro sentido, o único importante: a manutenção da significatividade do discurso científico, logo daquilo que pode ser dito claramente.

Referências bibliográficas

AYER, Alfred Jules. *Linguagem, Verdade e Lógica*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

AYER, Alfred Jules. Verificación y experiencia. In: AYER, Alfred J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965, pp. 233-248.

CARNAP, Rudolf. La antigua y la nueva lógica. In: AYER, Alfred J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965, pp. 139-152.

CARNAP, Rudolf. La superación de la metafísica mediante el análisis lógico del lenguaje. In: AYER, Alfred J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965, pp. 66-85.

CUTER, João Vergílio G. Por que o Tractatus necessita de um sujeito transcendental? *Dois Pontos*, v.3, n.1, pp. 171-192.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HALLER, Rudolf. A ética no pensamento de Wittgenstein. *Estudos Avançados*, v.5, n.11, pp. 45-56.

HAHN, Hans; NEURATH, Otto; CARNAP, Rudolf. A concepção científica do mundo – o Círculo de Viena. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, n.10, 1986, pp. 5-20.

HEMPEL, Carl G. Problemas y cambios en el criterio empirista de significado. In: AYER, Alfred J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965, pp. 15-136.

- MACHADO, Alexandre N. A Terapia Metafísica do Tractatus de Wittgenstein. *Cadernos Wittgenstein*, n.2, 2001, pp. 5-57.
- MARQUES, José Oscar de A. Espaço e tempo no Tractatus de Wittgenstein. In: ÉVORA, F. R. R. (org.). *Espaço e tempo*. Campinas: CLE-Unicamp, 1995.
- MARQUES, José Oscar de A. Pensar o sentido de uma proposição. *Manuscrito*, v.18, n.2, 1995.
- MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- MORENO, Arley R. *Wittgenstein: ensaio introdutório*. São Paulo: Moderna, 2002.
- PINTO, Paulo R. M. *Iniciação ao silêncio: uma análise argumentativa do Tractatus de Wittgenstein*. São Paulo: Loyola, 1998.
- PINTO, Paulo R. M. O Tractatus de Wittgenstein como obra de iniciação. *Filosofia Unisinos*, v.5, n.8, 2004, pp. 81-104.
- RAMSEY, Frank P. Filosofia. In: AYER, Alfred J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965, pp. 325-348.
- RUSSELL, Bertrand. Atomismo lógico. In: AYER, Alfred J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965, pp. 37-56.
- RUSSELL, Bertrand. Introdução. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SALLES, João Carlos. Algumas considerações sobre Deus e suas circunstâncias. In: *O Retrato do Vermelho e outros ensaios*. Salvador: Quarteto, 2006, pp. 105-120.

SALLES, João Carlos. *Linguagem e morte*. Terra Magazine. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1992002-EI7485,00-Linguagem+e+Morte.html>>. Acesso em: 20 out. 2007.

SALLES, João Carlos. *Uma quase resenha de A Experiência Indizível*. Terra Magazine. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2189882-EI7485,00.html>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

SANTOS, Luiz Henrique L. dos. A essência da proposição e essência do mundo. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2001.

SCHLICK, Moritz. El viraje de la filosofía. In: AYER, Alfred. J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965, pp. 59-65.

SCHLICK, Moritz. Positivismo y realismo. In: AYER, Alfred. J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965, pp. 88-114.

SCHLICK, Moritz. ¿Que pretende la ética? In: AYER, Alfred. J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965, pp. 251-268.

SCHLICK, Moritz. Sentido e Verificação. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

SCHLICK, Moritz. Sobre el fundamento del conocimiento. In: AYER, Alfred. J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965, pp. 215-232.

WAISMANN, Friedrich. Mi perspectiva de la filosofía. In: AYER, Alfred J. (org.). *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Economica, 1965, pp. 349-385.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Algumas observações sobre forma lógica. *Manuscrito*, v.XVIII, n.2, 1995, pp. 39-47.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Cadernos 1914-1916*. Lisboa: Edições 70, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig. Conferência sobre ética. In: DALL'AGNOL, Darlei. *Ética e linguagem: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein*. Florianópolis/São Leopoldo: Editora da UFSC/ Editora Unisinos, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2001.